



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

GESTÃO PARTICIPATIVA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA
BAÍA DO IGUAPE, MARAGOGIPE-BA: O DESAFIO DO CONTROLE
SOCIAL

LUIS ANTONIO PEREIRA LIMA

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA

FEVEREIRO - 2014

LUIS ANTONIO PEREIRA LIMA

GESTÃO PARTICIPATIVA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA
BAÍA DO IGUAPE, MARAGOGIPE-BA: O DESAFIO DO CONTROLE
SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Renato de Almeida. Doutor em Oceanografia Biológica – Universidade de São Paulo.

CRUZ DAS ALMAS - BA

FEVEREIRO – 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
LUIS ANTONIO PEREIRA LIMA**

Prof. Dr. Renato Almeida
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(Orientador)

Prof. Dr. Marcos Cunha Teixeira
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Mendes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em,
conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social
em

“O Homem é a medida de todas as coisas”

Protágoras

AGRADECIMENTOS

Aos moradores das comunidades ribeirinhas de Coqueiros, Nagé, Ponta do Souza e Pilar, que gentilmente participaram desta pesquisa.

À minha querida e dedicada mãe Maria de Lourdes pelos muitos esforços realizados em prol da minha educação.

Aos amigos e colaboradores que em suas horas de folga foram a campo realizar as entrevistas: Alex da Conceição Brandão; Claudio Roberto dos Santos Pereira; Valdemar dos Santos Bastos.

Às minhas queridas filhas Isis Keiko e Taís Hana, que me acompanharam fazendo registros fotográficos e de áudio durante o trabalho de campo.

À minha namorada e companheira minha incentivadora, Cassiane da S. Gonzaga.

À Sr^a Roquelina - Presidente da Colônia de Pescadores de Maragojipe.

Ao Sr. Antonio de Popó - Presidente da associação de pescadores do Pilar;

Ao Sr. Beto – Presidente da associação de pescadores de Ponta do Souza;

Aos pescadores e marisqueiras das comunidades da Baía do Iguape;

Às ceramistas de Coqueiros.

Aos representantes dos órgãos Públicos:

Prof.^a Adelmira (Sec. de Administração de São Félix 2011);

Josemira (Sec. de Administração de Maragojipe, 2011);

Aos Funcionários do Instituto Chico Mendes (ICMBio):

Antonio Carlos (Carlinho de Tote) ex-Chefe da Resex, Hélio Porto, Rodolfo, Sérgio - Chefe da RESEX;

Aos membros do Conselho Deliberativo da RESEX – Marinha Baía do Iguape

À direção das Escolas CEAGS (Cabac. do Praguaçu) e CEPES (Gov. Mangabeira) pela compreensão e adequação do meu horário de trabalho;

Ao meu Orientador Prof. Dr. Renato de Almeida;

Ao Prof. Dr. Marcos Cunha Teixeira pelo incentivo;

À Patrícia Keiko Kataoka, mãe das minhas filhas pela compreensão.

Ao Amigo e colaborador Prof. Dr. Jânio Barros de Castro.

RESUMO

Este trabalho traz uma análise sobre o papel da participação popular na criação e gestão da Reserva Extrativista do Iguape no município de Maragogipe-Ba. A questão desdobra-se em categorias de análise como: os desafios e possibilidades para efetivação do controle social diante da nova realidade de intervenção das políticas econômicas; os impactos ambientais provocados por elas e o impacto dos programas de combate a pobreza implementadas pelo Estado nas comunidades que vivem na Reserva.

A pesquisa fundamenta-se nos compêndios prescritos em leis específicas que tratam das questões referentes ao uso dos recursos da natureza e a participação da sociedade civil, e desenvolveu-se a partir da análise da coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas junto aos grupos específicos que estão envolvidos diretamente com a reserva - Líderes comunitários, Gestores públicos municipais e de autarquias que atuam na Resex, e apreciação de documentos oficiais - relatórios de estudos de impactos ambientais e atas de audiências públicas e de reuniões com associações de moradores e de trabalhadores que vivem na área em estudo. Entretanto, a pesquisa mostrou que a consolidação da participação ainda se constitui um desafio tendo em vista que a mesma, não aparece de forma efetiva nos acontecimentos que marcaram a história do Brasil, caracterizada pela centralização do poder, modelo que perdura nas diversas instituições sociais, econômicas, e políticas da atualidade.

Palavras – chave: Gestão ambiental; Movimentos Sociais; Participação Social; políticas públicas.

ABSTRACT

This paper presents an analysis on the role of popular participation in the creation and management of Extractive Reserve in the municipality of Iguape Maragogipe-Ba. The question breaks down into categories of analysis as: the challenges and opportunities for effective social control of the new reality of economic intervention policies; environmental impacts caused by them and the impact of anti poverty programs implemented by the state in communities living on reserve.

The research is based on the prescribed textbooks in specific laws dealing with issues related to the use of the resources of nature and the participation of civil society, and developed from the analysis of data collection through semi-structured interviews with the specific groups that are directly involved with the booking - Community leaders, municipal managers and local authorities working in extractive reserves, and the assessment of official documents - reports of environmental impact studies and minutes of public hearings and meetings with neighborhood associations and workers living in the study area. However, research has shown that consolidation of share still constitutes a challenge considering that the same does not appear effectively in the events that marked the history of Brazil, characterized by the centralization of power, style that endures in various social institutions, economic, and policy today.

Key - words: environmental management; Social Movements; Social Participation; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Espaços de Participação Social e diálogo.
- Figura 2 - Mapa de localização da Reserva extrativista Marinha Baía do Iguape.
- Figura 3- Participação em associação comunitária.
- Figura 4 - Tipo de associação comunitária.
- Figura 5 - Atividade Ocupacional.
- Figura 6 - Canoas utilizadas na pesca artesanal na Baía do Iguape.
- Figura 7 - Rendimento das famílias.
- Figura 8 - Escolaridade.
- Figura 9 - Programas Sociais do Governo Federal.
- Figura 10 - Participação da População por modalidade de Programa.
- Figura 11 - A UHEPC exerce influência na comunidade
- Figura 12 -. Existência de proposta da concessionária para recuperação ambiental
- Figura 13 - Participação da comunidade na elaboração das propostas
- Figura 14- Conhecimento da população sobre a existência de órgão oficial de meio ambiente.
- Figura 15 - Políticas Municipais de Atendimento às pessoas afetadas pela operação da UHEPC
- Figura 16 - Vista da Barragem de Pedra do Cavallo.
- Figura 17 - Canteiro de Obras São Roque do Paraguaçu
- Figura 18 - Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Resex Marinha Baía do Iguape do ano de 2013.
- Figura 19 - Esquema alternativo de gestão integrada para UCs
- Figura 20 - Esquema de gestão participativa da Resex

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de proteção ambiental
APP	Área de preservação permanente
ARL	Área de reserva legal
ART	Artigo
CF	Constituição Federal
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
d.C	depois de Cristo
EIA	Estudos de Impactos Ambientais.
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBAMA	Instituto brasileiro de meio ambiente e recursos naturais
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade
IMA	Instituto do Meio Ambiente
INCRA	Instituto brasileiro de reforma agrária
INGA	Instituto das Águas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MP	Ministério Público
ONG	Organização não governamental
PNEA	Política nacional de educação ambiental
PNMA	Política nacional de meio ambiente
RESEX	Reserva extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria especial de meio ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema nacional de unidades de conservação
SSRH	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
SUDESCO	Superintendência de Desenvolvimento do Comércio
SUDESP	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UC	Unidade de conservação
UHEPC	Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.	7
1.1 Conceitos e Pressupostos Teóricos.	8
1.1.1 Conceitos de Políticas Públicas.	8
1.1.2 Participação popular e Participação Social.	10
1.1.3 Controle Social.	16
1.2 Os Conselhos e seu Histórico.	17
2. OBJETIVOS	21
2.1 Objetivo Geral.	21
2.2 Objetivos Específicos	21
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.1. Descrição da Área de estudo	22
3.2 Caracterização e amostragem dos entrevistados	23
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	25
4.1. Caracterização socioeconômica das comunidades entrevistadas	25
4.2. Criação da Resex: histórico da participação	42
4.3 Tendências e desafios dos conselhos	47
5. MOSAICO: UMA GESTÃO ALTERNATIVA PARA A RESEX	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
7. REFERÊNCIAS	59
8. APÊNDICE	63
9. ANEXO	70

1. INTRODUÇÃO.

Este trabalho propõe uma avaliação e análise da participação popular na criação e gestão da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, sediada no município de Maragojipe-BA. O estudo em tela desdobra-se em categorias de análise como: os desafios e possibilidades para efetivação do controle social diante da nova realidade de intervenção das políticas econômicas; os impactos ambientais provocados por elas e o impacto dos programas de equalização social implantadas pelo Estado nas comunidades que vivem na Reserva. Além disso, a pesquisa fundamenta-se nos compêndios prescritos em leis específicas que tratam das questões de uso dos recursos da natureza e da participação da sociedade civil. A análise foi conduzida a partir da coleta de dados com auxílio de entrevistas semiestruturadas junto aos seguintes grupos focais: Líderes comunitários, Gestores públicos municipais e de autarquias que atuam na Resex; além da apreciação de documentos oficiais (relatórios de estudos de impactos ambientais, atas de audiências públicas, e de reuniões com associações de moradores e de trabalhadores que vivem na área em estudo).

Localizada no baixo curso do rio Paraguaçu e com área aproximada de 10.074,42 ha, conforme o Projeto de Lei Nº 5.892 de 2009, a Reserva Extrativista Marinha Federal da Baía do Iguape está inserida no estuário dos rios Paraguaçu e Guaí, em um ecossistema fluviomarinho, a 110 quilômetros de Salvador, na Região do Recôncavo Sul, Estado da Bahia, abrangendo os municípios de Cachoeira, Maragojipe e São Félix. Estima-se que pelo menos 8.000 (oito mil) habitantes viva diretamente da exploração da pesca artesanal e de atividades extrativistas marinhas, enquanto outra pequena parcela vive da agricultura de subsistência. Aí tem sido o grande cenário dos conflitos entre as populações tradicionais e outros agentes que fazem uso dos recursos deste ecossistema.

A parte introdutória deste trabalho apresenta alguns dos conceitos que passarão a emergir durante a análise dos dados: Políticas Públicas, Participação Popular e Participação Social, Controle Social, Teoria de Campo Social e o próprio contexto histórico dos conselhos. A segunda parte consiste na própria análise e discussão dos dados coletados organizados em subtópicos: Quadro Econômico e Social discute a inserção dos habitantes usuários da RESEX nas políticas sociais de distribuição de renda e combate à pobreza, bem como a caracterização do rendimento mensal das famílias, grau de escolaridade e atividade ocupacional. O subtópico Impacto Ambiental e Participação discute a criação e gestão das políticas de mitigação dos impactos socioambientais provocados por empreendimentos instalados na RESEX ou no seu

entorno imediato. Reflexões também serão conduzidas quanto ao processo histórico de criação da RESEX e a atuação do Conselho enquanto instrumento de controle e gestão, bem como a análise das Políticas Públicas para efetivar a participação popular. Por fim, recomendações são apresentadas.

1.1 Conceitos e Pressupostos Teóricos

1.1.1 Conceito de Políticas Públicas

As políticas públicas são ações implementadas pelo poder público (Estado) que emanam das demandas sociais. Bernardo (2001) desenvolve duas linhas de pensamento a respeito desse conceito. A primeira refere-se a políticas públicas enquanto ação essencialmente governamental, que demandam da autoridade do setor público para a sua realização, mas não descarta a sua ligação com as necessidades sociais, ou seja, a interferência de outros agentes da sociedade. Em uma segunda perspectiva, as Políticas Públicas são ligadas à noção de governança, entendido como um processo decorrente da partilha da tomada de decisões que envolvem diferentes instâncias e espaços, e implica na “geração, seleção e implementação” das políticas públicas (BERNARDO, 2001).

A necessidade das proposições e implantação de tais decisões nasce da contradição dos interesses dos grupos, de um lado o grupo que se apropria dos recursos da natureza como fonte inesgotável de riquezas e de outro lado os que enxergam a natureza como patrimônio da sociedade, por isso é fundamental a participação popular para discutir a formulação de políticas públicas em todos os segmentos da sociedade. “O processo de formulação de Políticas Públicas, num determinado contexto social e histórico é grandemente influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade”. (COELHO e CUNHA, 2012)

“[...] Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...].”

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Em outras palavras, as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde.

No processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas, encontramos basicamente dois tipos de atores: os ‘estatais’ (oriundos do Governo ou do Estado) e os ‘privados’ (oriundos da Sociedade Civil). Os atores estatais são aqueles que exercem funções públicas no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade para um cargo por tempo determinado (os políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos (que operam a burocracia). Existe importante diferença no modo de agir de cada um desses segmentos.

O processo de formulação de Políticas Públicas, também chamado de Ciclo das Políticas Públicas, apresenta diversas fases:

- *PRIMEIRA FASE – Formação da Agenda (Seleção das Prioridades)*
- *SEGUNDA FASE – Formulação de Políticas (Apresentação de Soluções ou Alternativas)*
- *TERCEIRA FASE – Processo de Tomada de Decisão (Escolha das Ações)*
- *QUARTA FASE – Implementação (ou Execução das Ações)*
- *QUINTA FASE – Avaliação*

Na prática, as fases se interligam entre si, de tal forma que essa separação se dá mais para facilitar a compreensão do processo.

Estudiosos apresentam dois modelos de implementação das Políticas Públicas; o de Cima para Baixo (que é a aplicação descendente ou, em outras palavras, do governo para a população) e o de Baixo para Cima (que é a aplicação ascendente ou da população para o governo).

O modelo de Cima para Baixo representa um modelo centralizado, onde apenas um número muito pequeno de funcionários participa das decisões e opina na forma da implementação das Políticas Públicas. Ele reflete uma concepção hierárquica da administração pública, segundo a qual a decisão tomada pela administração pública seja acatada e cumprida pelos demais envolvidos, sem questionamentos.

Já o modelo de Baixo para Cima é caracterizado pela descentralização. Ou seja, ele supõe a participação dos beneficiários ou do usuário final das políticas em questão. Ele representa uma perspectiva participativa das Políticas Públicas, o que é possível pelo contato direto do

*cidadão com o aparato da administração pública. Os beneficiários são chamados a participar.*¹

1.1.2 Participação Popular e Participação Social

As diretrizes constitucionais de participação da sociedade nas decisões governamentais, especialmente nas políticas sociais, foram efetivadas a partir de 1988 por meio da concepção e implementação de mecanismos institucionais de participação (conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos participativos, etc.), que buscavam operacionalizar princípios da democracia participativa consagrados na Constituição.

Participar significa tomar parte ou ter parte em algo, ou, ainda, fazer ou ser parte de algo (BORDENAVE, 1994, p. 22). Enveredando por essa afirmativa, participação popular é o processo pelo qual a sociedade se insere nas discussões e formulações de políticas públicas propostas pelo Estado. Gadotti (2013) discute a participação sob duas perspectivas: Participação Social e Participação Popular.

Participação Social se dá nos espaços e mecanismos de controle social, como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. Esses são os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como categoria e como conceito metodológico e político pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil. A **Participação Popular**, por outro lado, corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais, etc. A Participação Popular corresponde a formas de luta mais direta do que a participação social, por meio de ocupações, marchas, lutas comunitárias, etc. Embora dialogando e negociando pontualmente com os governos, em determinados momentos essas formas de organização e mobilização não atuam dentro de programas públicos e nem se subordinam às suas regras e regulamentos. (GADOTTI 2013 pag. 2, 3).

Atualmente na esfera pública, nas instâncias municipal, estadual e federal existem vários espaços de Participação Social e diálogo, pois cada um desses espaços podem se configurar de diversas formas e variar conforme diferentes contextos e finalidades conforme descrito no quadro abaixo:

¹ Texto extraído da revista Políticas Públicas: conceitos e práticas: Sebrae/MG, 2008. Série Políticas Públicas Volume 7

Espaço de participação e diálogo	Descrição
Conselhos de Política Pública	Conselhos são espaços participativos, que podem ser tanto consultivos como deliberativos, nos quais é prevista certa permanência no tempo. São compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, esta podendo ser dividida em diferentes segmentos. Os conselhos têm como finalidade incidir nas políticas públicas de determinado tema, e suas atribuições variam nos diversos contextos (Pires e Vaz, 2012: 11)
Conferências de políticas públicas	São eventos que ocorrem com periodicidade específica (geralmente bianual) nos quais as principais questões e direcionamentos normativos de áreas temáticas em políticas públicas são determinadas. As conferências ocorrem geralmente nos três níveis de governo, municipal, estadual e nacional, sendo que, a cada nível, problemáticas correlatas são discutidas e, conforme o avançar das negociações, levadas ao próximo nível. A participação é aberta ao público, ainda que, em geral, nos níveis estadual e nacional, apenas delegados escolhidos no âmbito das conferências do nível anterior tenham poder de voto (Teixeira, Souza e Lima, 2012: 14 e)
Ouvidoria Pública	<p>A ouvidoria pública deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado. Deve atuar no processo de interlocução entre o cidadão e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados.</p> <p>A existência de uma unidade de ouvidoria na estrutura de um órgão público pode estreitar a relação entre a sociedade e o Estado, permitindo que o cidadão participe da gestão pública e realize um controle social sobre as políticas, os serviços e, indiretamente, os servidores públicos.</p> <p>A ouvidoria tem por propósito, portanto, buscar soluções para as demandas dos cidadãos; oferecer informações gerenciais e sugestões ao órgão em que atua, visando o aprimoramento da prestação do serviço, além de contribuir para a formulação de políticas públicas. (Ouvidoria-Geral da União, 2012)</p>
Audiências públicas	Audiências públicas são encontros públicos presenciais, promovidos pelo governo em torno de temáticas específicas, com o objetivo de discutir aspectos concernentes a uma determinada política, sendo aberta a participação dos indivíduos e grupos interessados. É muito comum, por exemplo, a realização de audiências públicas na área ambiental, quando, em geral, o governo está obrigado a analisar os impactos não apenas ambientais, mas também sociais, de determinados projetos e, por isso, resolve consultar a sociedade acerca de suas principais opiniões e demandas para o caso específico. (Pires e Vaz, 2012: 13)
Consultas públicas	<p>As consultas públicas são instrumentos bastante semelhantes às audiências públicas, principalmente no que tange à compreensão das principais demandas e reclamos da sociedade em questões bastante específicas. No entanto, a principal diferença da consulta pública é que sua estruturação não se dá presencialmente, mas através de ferramentas de votação e colaboração a distância, como internet e telefone. Grosso modo, é possível observar sua utilização relativamente frequente por parte de agências reguladoras e também na área da saúde. (Pires e Vaz, 2012: 13)</p> <p>A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça tem utilizado processos de consulta online para viabilizar o debate com e entre todos os cidadãos interessados nas propostas legislativas em análise naquele órgão. Desde 2009, já foram objeto de consulta neste novo formato, o marco civil da internet, além dos temas classificação indicativa, proteção de dados pessoais, o Código de Processo Civil e o Código Comercial (Ministério da Justiça, 2012).</p>
Grupos de	Espaço de debate e proposição sobre um tema específico ou de acompanhamento de um processo político. Podem existir grupos de trabalho estritamente

Trabalho	governamentais (com a presença de representantes da sociedade civil como convidados); grupos de trabalho paritários; e grupos de trabalho cuja maioria dos integrantes são representantes da sociedade. Em geral, são criados por algum instrumento normativo (decreto, portaria etc) que define seus objetivos, prazo de funcionamento e composição. Dois exemplos de grupos de trabalho: Grupo de Trabalho formado para organizar a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos que produziu diretrizes para a construção do III Programa Nacional de Direitos Humanos e Grupo de Trabalho sobre o Marco legal das organizações da sociedade civil.
Reuniões	São espaços comuns de participação não institucionalizada nos quais organizações da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, empresários, entre outros, estabelecem um diálogo presencial com representantes do poder público sobre determinada agenda. Esse espaço permite a interação com grupos específicos, apresentação de demandas, negociação, recebimento de informações etc.
Mesas de negociação ou Mesas de diálogo	Essa nova interface estabelecida entre os âmbitos do Estado e da sociedade constitui, via de regra, iniciativa do próprio governo em resposta à representação e/ou demandas de entidades ou movimentos sociais com fins de solucionar eventuais e/ou potenciais conflitos (...) Esse tipo de experiência tem caráter de ineditismo no país. Três tipos de mesas ocorreram no governo Lula, variando tanto em temática quanto em desenho e/ou dinâmica: a Mesa Nacional de Negociação Permanente com os Servidores Públicos, instituída em 2003; a Mesa de Negociação do Salário Mínimo, instituída em 2005; e a Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instituída em 2008. (Pires e Vaz, 2012: 12)
PPAs participativos	Em 2003, o governo federal estabeleceu, em conjunto com diversas redes e fóruns de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, um processo participativo pioneiro de participação popular no Plano Plurianual (PPA 2004-2007). Foram realizadas plenárias nos 27 estados da federação. Em 2011, o governo federal iniciou um novo processo participativo na formulação da dimensão estratégica e no estabelecimento de uma sistemática de monitoramento participativo do PPA 2012-2015. Esse processo tem se dado por meio da criação de um espaço de participação chamado Fórum Interconselhos, que conta com a presença de representantes da sociedade civil de diversos Conselhos Nacionais, assim como outras organizações, redes e movimentos sociais.

Figura 1. Espaços de Participação Social e diálogo.

Fonte: Brasil 2013

A participação da sociedade civil nas políticas públicas de meio ambiente no Brasil, assim como em outros setores da organização do governo é algo recente, pois só ocorre de forma efetiva a partir da promulgação da Constituição de 1988, que assegurou aos brasileiros o direito e a liberdade de expressão, até então cerceado pela ditadura militar instalada na década de 1960 e que permaneceu até meados dos anos de 1980. O mesmo pode ser dito a respeito da participação em conselhos de acompanhamentos e controles sociais.

Os conselhos, embora integrantes da estrutura de gestão do que é público, não falam pelo governo, mas falam ao governo, em nome da sociedade, uma vez que sua natureza é de órgãos de Estado. O Estado é a institucionalidade permanente da sociedade, enquanto os governos são transitórios. Assim, os conselhos, como órgãos de Estado, têm um duplo desafio: primeiro, garantir a permanência da institucionalidade e da continuidade das políticas públicas; e, segundo, agir como instituintes das vontades da sociedade que representam (BRASIL 2004).

No entanto, a consolidação dessa participação ainda se constitui um desafio, tendo em vista que a mesma não aparece de forma efetiva nos acontecimentos que marcaram a história do Brasil, entre outras coisas, caracterizada pela centralização do poder, modelo que ainda se mantém nas diversas instituições sociais, econômicas, e políticas da atualidade. Quintas (2006) nos ensina que:

Para garantir a efetividade deste princípio, a Constituição determina sete incumbências ao Poder Público e somente a ele. Nestas incumbências, que vão desde a preservação e restauração de processos ecológicos até a proteção da fauna e da flora, destaca-se a educação ambiental como instrumento estratégico para a concretização do controle social sobre o processo de acesso e uso do patrimônio ambiental brasileiro. (QUINTAS 2006).

Atualmente parece ser necessário investimentos no aperfeiçoamento dos mecanismos que já existem, visto que o avanço na consolidação da participação é um esforço contínuo, uma possibilidade inacabada, um lugar ainda não atingido. Essa compreensão não conduz à imobilização dos sujeitos, deixando-os sem ação, mas os motiva a desenvolver estratégias para fortalecer a participação.

Com efeito, participação é o processo histórico de conquista e autopromoção. É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é a participativa, ou seja, com o teor menor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão. No cerne do desejo político do homem está a participação que sedimenta suas metas eternas de autogestão de convivência. (DEMO, 1988 P.23).

A restauração da democracia no Brasil possibilitou o surgimento de movimentos sociais em diversos segmentos da sociedade, criando novas institucionalidades (ONGs, Associações e Sindicatos de Classes, entre outras) como verdadeiras interlocutoras da população, na qual se estabeleceram acirrados embates entre os setores da política do Estado brasileiro e os demais segmentos da sociedade, geralmente de interesses antagônicos ao Estado.

Através dessas organizações, a sociedade brasileira passou a exercer forte pressão no sentido de se fazer representada e ouvida dentro dos órgãos oficiais do governo, sobretudo na formulação, gestão e controle das políticas públicas relacionadas às questões sociais e de meio ambiente. Segundo Gohn 2011, o entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduzem ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira.

Em decorrência do fortalecimento da democracia no Brasil, a participação popular está se efetivando, mas de maneira ainda pequena, pois falta educação de consciência coletiva capaz de sensibilizar o cidadão da sua importância no processo de construção social, capaz de se vê

como ator e sujeito desse processo, e ainda, perceber que os bens ou riquezas naturais são de propriedades coletivas e não desse ou daquele grupo que dispõe de maior poder econômico. Nas palavras de Loureiro (2008) [...] “nessa circunstância, cabe ao Poder Público, a responsabilidade pela defesa dos interesses coletivos”, e por isso o governo tem a responsabilidade de equalizar o uso desses recursos, de forma que a população em geral seja beneficiada. Quintas escreve que:

No processo de transformação do meio ambiente, de sua construção e reconstrução pela ação coletiva dos seres humanos – são criados e recriados modos de relacionamento da sociedade com o meio natural (ser humano-natureza) e no seio da própria sociedade (ser humano-ser humano). Ao se relacionar com a natureza e com outros homens e mulheres, o ser humano produz cultura evidenciada por suas manifestações, ou seja, cria bens materiais, valores, modos de fazer, de pensar, de perceber o mundo, de interagir com a própria natureza e com os outros seres humanos, que constituem o patrimônio cultural construído pela humanidade ao longo de sua história. (QUINTAS 2006).

Para Gohn (2001) os conselhos são como instrumentos de “reconfiguração da participação popular e a reinvenção da política com participação popular no espaço público”. Layrargues 2002 [...] “Participação é igualdade de poder no processo, respeito pelas experiências acumuladas por cada indivíduo e construção coletiva em busca da cidadania plena”.

No plano da sociedade civil, a participação dos grupos e movimentos organizados também contribuiu para a demarcação da preocupação ambiental enquanto esfera de ação política cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público. Seja pela via dos movimentos nomeadamente ecológicos, seja pela via de lutas sociais pelo acesso público aos bens ambientais, uma diversidade de atores entre os movimentos sociais, grupos de interesse e ONGs incorporaram a temática ambiental em suas agendas. (CARVALHO, 2008, p.14).

“[...] participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização.” (Gohn 2011 p.16). A participação popular nas políticas públicas de meio ambiente está expressa no Princípio nº 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). No Brasil, ela tem como fundamento genérico o art. 1º, parágrafo único, da CF - que instituiu no país um regime de democracia semidireta e, como fundamento específico em matéria de ambiente, o art. 225, caput, da CF. Trata-se, portanto, de decorrência necessária do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do regime jurídico do ambiente como bem de uso comum do povo. São preceitos esses que autorizam a atuação da coletividade na proteção do meio ambiente.

Mas a Constituição foi ainda mais longe, pois não apenas facultou à coletividade o exercício da cidadania de defender e preservar o meio ambiente, mas também impôs expressamente à sociedade o dever de atuar nesse sentido (art. 225, caput). Para cumprir tais determinações e

usufruir dos direitos garantidos em lei a coletividade utiliza-se de três mecanismos básicos permeados pela legislação:

- a) participação nos processos de criação do Direito Ambiental, com a iniciativa popular nos procedimentos legislativos (art. 61, caput e § 2º, da CF), a realização de referendos sobre leis (art. 14, inc. II, da CF e art. 24, § 3º,) e a atuação de representantes da sociedade civil em órgãos colegiados dotados de poderes normativos (o Conama - art. 6º, inc. II, da Lei 6.938/81, com redação dada pela Lei 7.804/89 e alterada pela Lei 8.028/90);
- b) participação na criação e na execução de políticas de meio ambiente, através da atuação de representantes da sociedade civil em órgãos colegiados responsáveis pela formulação de diretrizes e pelo acompanhamento da execução de políticas públicas; por ocasião da discussão de estudos de impacto ambiental em audiências públicas (art. 11, § 2º, da Resolução 001/86 do Conama) e nas hipóteses de realização de plebiscitos (art. 14, inc. I, da CF e art. 24).
- c) participação popular direta na proteção do meio ambiente, por intermédio do Poder Judiciário, com a utilização de instrumentos processuais que permitem a obtenção da prestação jurisdicional² na área ambiental (destaca-se a ação civil pública ambiental da Lei 7.347/85).

Além desses mecanismos existe outro viés de participação popular. Trata-se daquele que se consolida por meio da informação, já que é dever do Estado fazer a divulgação e manter a população informada a respeito das questões ambientais; e por meio da educação, pois esta tem o papel de sensibilizar e conscientizar o cidadão para atuar criticamente nas questões ambientais desenvolvendo o espírito de participação coletiva na gestão de políticas de meio ambiente. Barbosa afirma ainda que:

As políticas públicas de educação no Brasil fomentadas pelo Órgão Gestor (OG) da Política Nacional de Educação Ambiental vêm levando em consideração uma educação ambiental crítica, participativa, transformadora e emancipatória em consonância com os princípios do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. (BARBOSA 2008 p.02).

Trilhando por esse pensamento acredita-se que a participação popular motivada pela ação educativa se materializa através de representantes da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, nos órgãos colegiados responsáveis pela formulação, gestão e controle

² Ocorre quando o juiz decide a causa aplicando o direito ao caso concreto

das políticas públicas de meio ambiente, propiciando um campo democrático de discussão e de entendimento entre o Estado, a iniciativa privada e os demais atores sociais envolvidos, uma vez que este campo é permeado por interesses antagônicos entre aqueles que encaram a natureza como patrimônio da sociedade e aqueles que a enxergam como mercadoria. Marx 1848 diz que:

o homem na história, no processo de se afastar da natureza, produziu novas e mais aperfeiçoadas técnicas de produção de riqueza e de utilização dos recursos da natureza. No entanto, os frutos disso não foram divididos entre todos/as, mas sim apropriados por uma minoria de pessoas.

Entretanto ainda não temos uma participação plena em todos os setores da sociedade, produzindo assim, uma marginalização do processo de um número significativo de pessoas quando são excluídas ou privadas do acesso a determinados bens, sejam eles tangíveis ou não, ou em outras palavras bens materiais ou culturais.

1.1.3 Controle Social

O conceito de controle social é usado para analisar a participação da sociedade no acompanhamento e na verificação da execução das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados. Portanto, quando o cidadão acompanha a execução das ações e programas do governo, está efetuando o controle social. O Controle Social pode ser exercido diretamente pelos cidadãos, individualmente ou de forma organizada. Este controle pode ocorrer tanto no planejamento como na execução das ações do governo.

Os instrumentos de controle sociais atualmente instituídos - informação e transparência; audiências/consultas públicas; orçamento participativo; participação em colegiados administrativos e em conselhos setoriais de gestão; representações/denúncias – foram disponibilizados e aperfeiçoados ao longo do tempo, e sua utilização, também gradual, resulta do maior ou menor nível de conhecimento, conscientização e mobilização dos atores sociais (BRASIL 2004).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adotou-se no país uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas públicas, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública, de modo que uma gama de diferentes atores passou a integrar esse cenário, no qual se destacam cidadãos; sociedade civil organizada (Terceiro Setor); imprensa; e conselhos gestores setoriais.

1.2 Os Conselhos e seu Histórico³

A origem dos Conselhos se perde no tempo e se confunde com a história da política, da democracia e da participação. Os registros históricos indicam que os primeiros conselhos, como formas primitivas de gestão dos grupos sociais, já existiam há quase três mil anos. No povo hebreu, por exemplo, desde a época de Moisés, foi instituído o “**conselho de anciãos**”, conhecido por Sinédrio, que reunia 70 sábios para auxiliar este líder nas decisões sociopolíticas, administrativas e jurídicas.

Ainda temos notícias de outras experiências da formação de conselhos no mundo antigo. Da mesma maneira que o povo hebreu, o mundo greco-romano, nos séculos IX e VII a.C., utilizou a estratégia de formação de espaços de poder e de decisão coletiva, como os conselhos de anciãos (o Senado Romano ou a Gerúsia Espartana) ou simplesmente de cidadãos (a *Boulé* ateniense).

A gestão da comunidade local por meio de um conselho, constituído como representação da vontade popular (conselho popular), viria a ganhar sua máxima expressão na Comuna Italiana, instituída a partir do século X d.C. que, adotando a democracia representativa, elegia suas lideranças. O exemplo mais radical deste tipo de conselho foi, sem dúvida, a Comuna de Paris, em 1871. Embora com duração de apenas dois meses, viria a constituir-se na mais marcante experiência de autogestão de uma comunidade urbana. Os conselhos populares exerciam a democracia direta e ou representativa como estratégia para resolver as tensões e conflitos resultantes dos diferentes interesses.

Na primeira metade do século XX surgem os conselhos formados por grupos sociais identificados pelo ambiente de trabalho, como os “conselhos de operários”. Podem ser citadas as experiências dos russos, no momento da Revolução dos Sovietes de 1905 e a recriação deste tipo de conselho durante a Revolução Socialista de 1917. Ainda é fundamental citar a experiência alemã dos Conselhos de Fábricas a partir de 1918 e as experiências dos operários italianos na década de 20. Novas experiências de conselhos de operários ou de fábrica surgiriam na Espanha (1934-1937), na Hungria (1950) e na Polônia (1969-1970). Lentamente, a ideia de formação de conselhos se espalha pelo mundo. Nos Estados Unidos os conselhos

³ O texto referente a história dos conselhos foi extraído do documento, Conselhos Escolares: uma Estratégia de Gestão democrática da Educação Pública. Caderno 1 Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação - 2004

surgiram nas décadas de 1960 e início dos anos 1970, por meio do desenvolvimento de grupos de interesses, constituindo-se como organismos de pressão da sociedade civil que atuaram para obter soluções e amenizar os conflitos, sem interferir, no entanto, na política da cidade. Já na Espanha, eles surgiram como forma de participação dos indivíduos no processo de gestão das cidades.

No Brasil estes conselhos de controle social surgiram, sobretudo, das demandas de democratização da sociedade, durante a ditadura militar, no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Inicialmente, nos primeiros anos de organização, os conselhos eram, predominantemente, voltados ao atendimento de carências imediatas, como linhas de ônibus, verbas para determinados setores, etc. Na década de 80 os canais de participação se alargam. Os movimentos associativos populares passaram a reclamar participação do povo na gestão pública. O desejo de participação comunitária se inseriu nos debates da Constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Esses conselhos tinham um caráter nitidamente de ação política e aliavam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base. Foram muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses conselhos, mas sua origem vinculava-se ao desejo de participação popular na formulação e na gestão das políticas públicas.

Ao mesmo tempo em que os conselhos populares organizados, sobretudo por grupos de esquerda e de oposição ao regime militar, se destacaram como estratégia para ampliar e alargar a democratização do Estado, ocorreu a proliferação de atores sociais até então ausentes destes espaços, como as organizações não governamentais (ONGs), associações de profissionais (sindicatos), entidades de defesa de direitos humanos, de minorias, de meio ambiente, entre outras.

A Constituição de 1988 foi o marco do processo de redemocratização do país e instituiu um conjunto de direitos fundamentais, sociais e políticos que permitiu a consolidação de nosso regime democrático e participativo. Os direitos nela estabelecidos resultaram de um longo e conflituoso processo de mobilizações sociais e políticas que marcaram os anos 1970 e 1980. A Constituição Cidadã, na verdade, alargou o projeto de democracia, compatibilizando princípios da democracia representativa e da democracia participativa e reconheceu a participação social como um dos elementos-chave na organização das políticas públicas.

Neste sentido, ela propôs a criação de inúmeros conselhos reconhecidos como instâncias de negociação e pactuação das propostas institucionais e das demandas da sociedade.

Os conselhos se institucionalizaram em praticamente todo o conjunto de políticas sociais no país e asseguraram a presença de múltiplos atores sociais na formulação, na gestão, na implantação ou no controle das políticas públicas. Hoje, representam uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado. Nos espaços da federação temos conselhos municipais, estaduais ou nacionais, responsáveis pelas políticas setoriais nas áreas da educação, da saúde, da cultura.

No processo de gestão democrática daquilo que é público, os conselhos são a expressão da sociedade organizada e exercem uma função mediadora entre o governo e a sociedade. Estes órgãos devem ter a capacidade de levar até as instâncias decisórias do Estado as crescentes e complexas demandas da sociedade.

Nesse contexto, em 1981 entra em vigor a Lei nº 6.938, de 31 de agosto, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que por sua vez instituiu o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) com função normativa. Publicou-se, em 1986, a Resolução 001 do CONAMA, a qual estabelecia critérios para elaboração de Estudos de Impactos Ambientais no licenciamento de projetos de atividades poluidoras.

As diversas alterações provocadas por uma variedade de decretos e Leis federais, como o Decreto nº 99.274/90, e as Leis nº 7.804/1989, e 8.028/1990, possibilitaram uma mudança de paradigma na representatividade do CONAMA, até então, formado apenas pelos órgãos governamentais. Essa mudança aponta para uma democratização do conselho, incluindo novos setores da sociedade. Atualmente, este conselho tem a participação de cinco setores, a saber: órgãos federais, estaduais, municipais, setor empresarial e sociedade civil. Ressalta-se que no período que antecede a Constituição de 1988 o referido órgão era, basicamente, formado pelos setores do governo, seja ele federal, estadual ou municipal, conforme a própria legislação da Política Nacional de Meio Ambiente.

Na atualidade a participação popular dos diversos atores sociais nos órgãos de gestão e controle das políticas públicas no tocante às questões de meio ambiente foi assegurada pelo

artigo 255 da nossa Carta Magna e referendada por leis de regulamentação. O parágrafo 2º, artigo 18 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 estabelece que:

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (BRASIL 2000)

Os preceitos legais mencionados resultam dos diversos acordos nacionais e internacionais decorrentes da participação de setores da produção de conhecimento instalados dentro das universidades, em consonância com as demandas produzidas pela mobilização popular em busca de equacionalização do uso dos recursos da natureza frente aos conflitos gerados, a partir de interesses distintos numa sociedade de consumo.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral.

Analisar o papel da participação popular na criação e gestão da Reserva Extrativista da Baía do Iguape e os desafios e possibilidades para efetivação do controle social diante da nova realidade de intervenção das políticas econômicas.

2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar aspectos socioeconômicos da população ribeirinha extrativista dependente dos recursos naturais da RESEX;
- Descrever e discutir a percepção dos ribeirinhos frente ao processo de gestão ambiental da RESEX, determinando seu nível/grau de participação;
- Resgatar fatos do processo histórico de criação da RESEX e as motivações econômicas que impulsionaram políticas públicas antagônicas ao processo de gestão ambiental local;
- Discutir tendências e desafios do conselho gestor, analisando os limites e as potencialidades da participação popular na gestão da Resex Marinha Baía do Iguape.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Descrição da Área de Estudo

Localizada entre os paralelos $12^{\circ}40'50.31''S$, e $12^{\circ}43'06.43''S$ e os meridianos $38^{\circ}57'04.77''W$, e $38^{\circ}50'46.11''W$. Com uma área aproximada de 10.074,42 hectares (projeto de Lei N° 5.892 de 2009) a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape está inserida no estuário dos Rios Paraguaçu e Guaí, em um ecossistema fluviomarinho, a 110 quilômetros de Salvador, na Região do Recôncavo Sul, Estado da Bahia, abrangendo os municípios de Cachoeira, Maragojipe e São Félix. Estima-se que 8 mil habitantes vivam diretamente da exploração da pesca artesanal e de atividades extrativistas marinhas e uma pequena parcela da agricultura de subsistência. Criada em 2000, a RESEX vem recebendo fortes impactos, principalmente da Barragem e Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, este último decorrente da política de expansão da atividade petrolífera no Brasil.

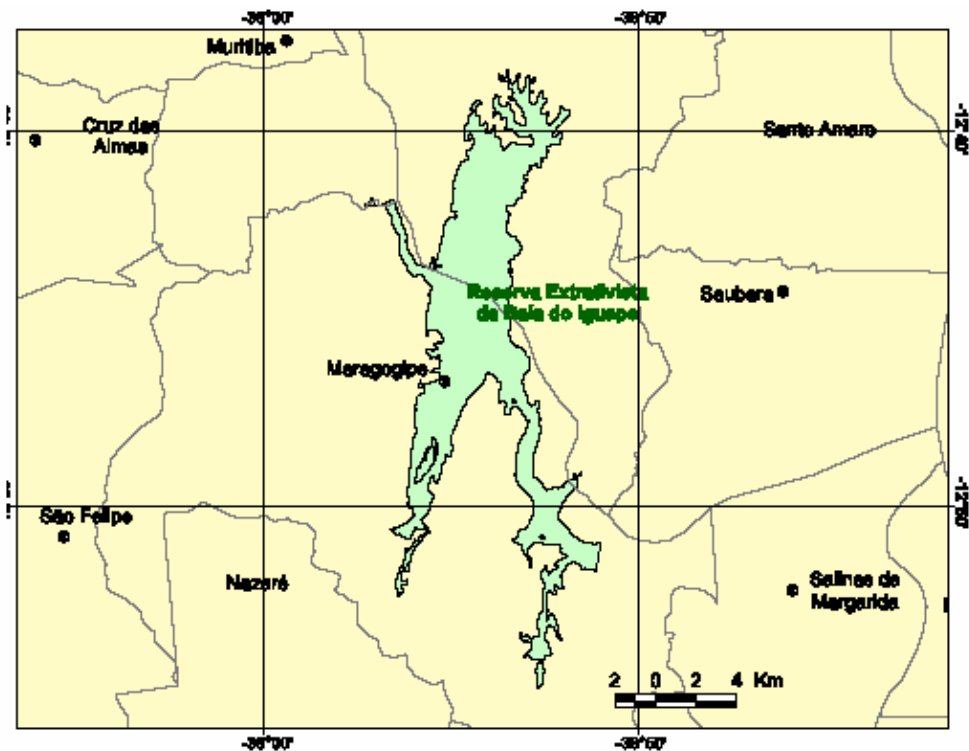


Figura 2. Mapa de localização da Reserva extrativista Marinha Baía do Iguape.
 FONTE: IBAMA 2000. Unidades de Conservação Federais Adap. Luis A. P. Lima

3.2 Caracterização e amostragem dos entrevistados

Lideranças comunitárias

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos líderes comunitários nas comunidades do Pilar (Lavandeira) no município de São Félix, Associação dos Pescadores e Moradores do Cajá (na sede de Maragojipe), Associação de Pescadores e Marisqueiras da Ponta do Souza, Colônia de Pescadores Z-7, Cooperativa Ceramistas de Coqueiro e Nagé, também em Maragojipe. Foi aplicado 01 (um) questionário, com 21 questões, para cada entidade. As questões abordaram os seguintes assuntos: importância do associativismo para a comunidade, influência dos grandes empreendimentos nas questões ambientais, participação dessas institucionalidades comunitárias na formulação e gestão das políticas públicas propostas pelo poder público ou por outras organizações não governamentais.

Gestores públicos

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos gestores públicos dos municípios de Maragojipe e São Félix, e do Instituto Chico Mendes (ICMBio), sobre a existência de instrumentos legais que criam e que regulamentam órgãos de desenvolvimento de políticas públicas de meio ambiente, bem como a participação dos movimentos sociais, ONGs e sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas ambientais na Resex Marinha Baía do Iguape. Aqui também foi aplicado um único questionário a cada gestor público, contendo 15 questões destinadas a obter informações sobre a existência ou envolvimento do órgão público no processo de gestão ambiental local.

Comunidade em geral

Foi realizado o levantamento de dados através de entrevistas semi-estruturadas, com aplicação de 25 questionários, contendo 17 questões que abordaram os seguintes tópicos: o engajamento nos movimentos sociais, participação na formulação e gestão das políticas públicas, questões socioambientais e a situação socioeconômica das comunidades estudadas.

Também foi conduzida a pesquisa documental através de análise de documentos públicos, tais como a Lei Orgânica, Plano Diretor Urbano dos municípios de Cachoeira, Maragojipe e São Félix, Leis municipais, estaduais e federais de meio ambiente, Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA) da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, da construção do Estaleiro

Enseada do Paraguaçu; Atas de Assembleias, Audiências Públicas, Reuniões com Associações de Moradores, de Marisqueiras e Pescadores dos municípios envolvidos.

A análise documental envolveu a pesquisa em Leis e decretos que dispõem sobre o uso e exploração dos recursos naturais, a estrutura dos órgãos gestores de meio ambiente, a regulamentação da participação popular na formulação, controle e gestão das políticas públicas em âmbito municipal e outros documentos disponíveis em sites do IBAMA, INGÀ, IMA-Ba, ICMBIO (RESEX Baía do Iguape), SSRH- Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos da Bahia, além de documentos e relatórios de estudos realizados pelas empresas concessionárias dos empreendimentos.

Com a pesquisa documental a intenção foi obter subsídios para analisar as formas de criação e implementação de Políticas Públicas Ambientais voltadas para a sustentabilidade como proposta inovadora que propicia a participação da comunidade nos processos de criação e gestão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização socioeconômica das comunidades entrevistadas

Aqui são apresentados os resultados obtidos da pesquisa realizada junto às comunidades da área em estudo, além da análise dos documentos que direcionam a inserção da participação popular nas políticas públicas socioambientais de sustentabilidade na Resex Marinha Baía do Iguape.

Quem está inserido em associações e movimentos sociais?

Nesta seção são apresentados os três gráficos que trazem uma análise da inserção popular nos movimentos comunitários, associações e atividades ocupacionais.

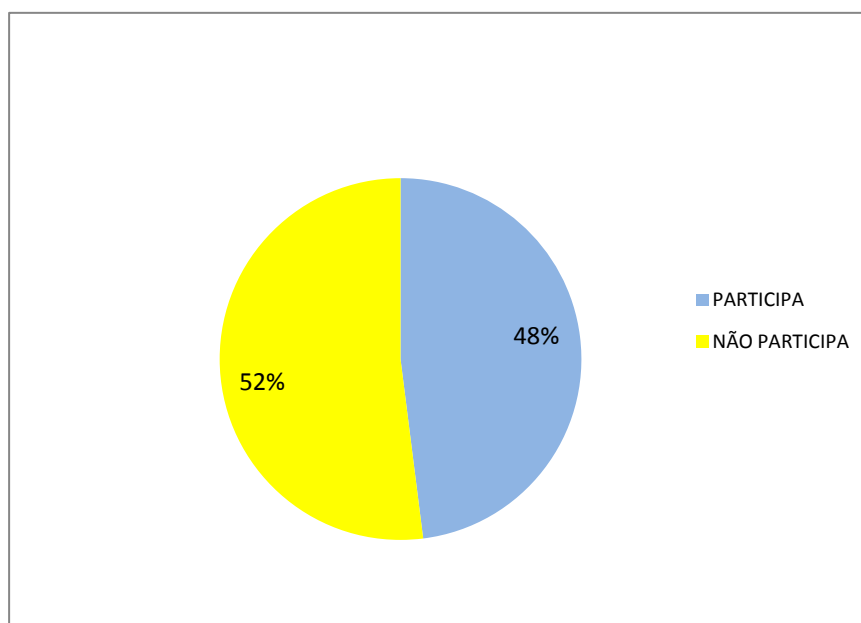


Figura 3. Participação em associação comunitária.
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

De acordo com os dados do figura 3 sobre a participação popular das comunidades em análise, apontam para um engajamento relativamente pequeno de seus membros em movimentos sociais ou atividades associativas de moradores ou de determinadas classes de trabalhadores. Apenas 48% dos entrevistados afirmou fazer parte de algum tipo de associação, o que de certa maneira interfere significativamente nas decisões das entidades responsáveis pelo atendimento das demandas sociais ou políticas públicas pleiteadas pela população. Essa

pequena participação se deve diversos fatores, entre eles a falta de conhecimento da importância das atividades associativistas, e o descrédito tanto nas lideranças locais como também pela falta de perspectiva de resolução dos problemas mais imediatos.

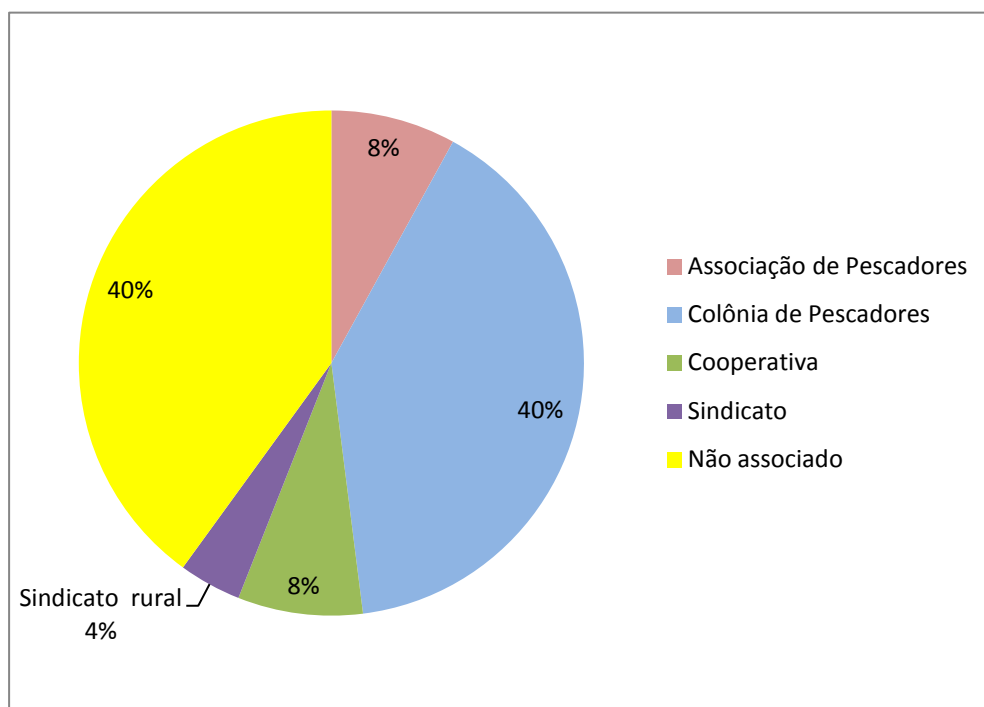


Figura 4. Tipo de associação comunitária
FONTE: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

É importante ressaltar que, os dados da Figura 4 indicam que no universo dos militantes de atividades associativistas a maioria, 56% está vinculada a entidade ligada a atividade pesqueira, enquanto a minoria 4% possui vínculo com entidades atreladas ao setor agrícola e outros 40% não manifestaram interesse em participar.

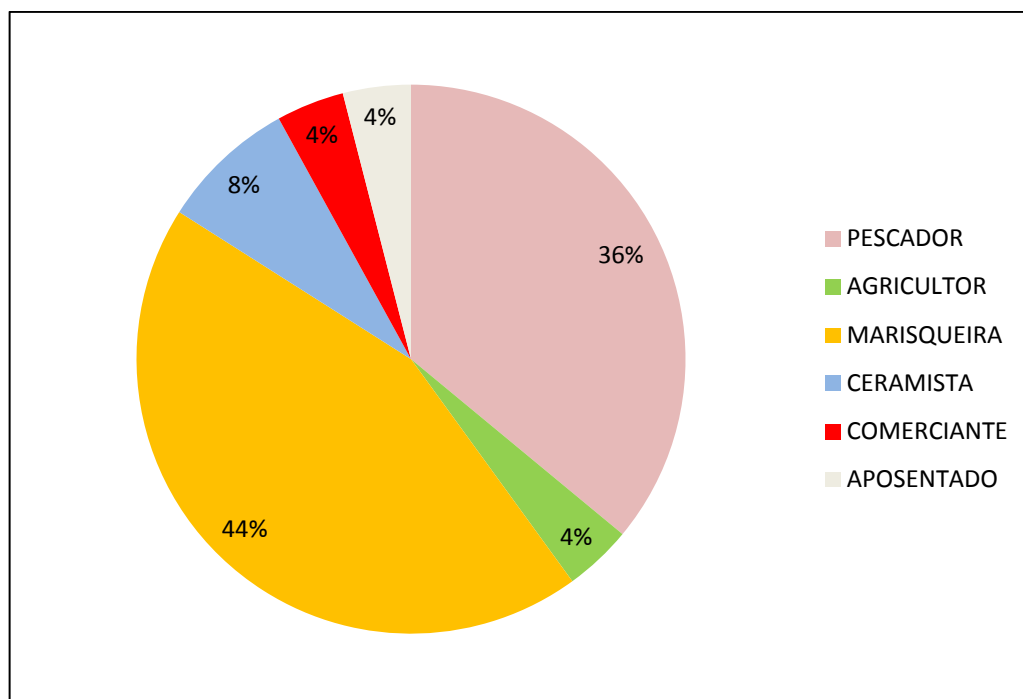


Figura 5. Atividade Ocupacional

Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

Nota-se que a atividade extrativista ligada à exploração das potencialidades dos recursos fluviomarinhos apresenta números expressivos no conjunto da população estudada (60%), enquanto a atividade agrícola é de apenas 4% (figura 5). Contudo, é importante ressaltar que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), principal órgão oficial responsável por oferecer subsídios ao planejamento das políticas públicas no Brasil, apresenta informações muito diferentes desta pesquisa, já que pesca e a extração de crustáceos não aparecem cadastradas, seja no setor de serviços ou de transformação. Os dados apresentados pelo censo demográfico do IBGE 2010 tomando como referência o município de Maragogipe 41,6% da população vive no setor rural o que confirma as informações acima.

Estudos recentes realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na área geográfica de interesse desta pesquisa, aponta outra realidade, já que 76% da população ribeirinha tem na pesca a principal fonte de renda. Por si, essa análise aponta para a necessidade de correção imediata deste erro cometido pelo Estado, que acaba interferindo diretamente na formulação das políticas públicas destinadas a esse grupo de pessoas.



Figura 6. Canoas utilizadas na pesca artesanal na Baía do Iguape
Foto: O Autor setembro de 2013

Nos censos realizados pelo IBGE não há registros de pescadores e marisqueiras. Essas categorias estão inseridas nas atividades agrícolas, nas quais está a maioria da população da área em estudo, fato que interfere na ação do governo, sobretudo na formulação das políticas sociais destinadas às famílias que tiram o seu sustento da pesca e da extração de mariscos no entorno da Resex. Apesar disso, um número significativo de famílias é atendido nos diversos programas de políticas sociais de distribuição de renda e combate à pobreza, implantadas pelo Governo Federal. Esse atendimento não é resultado de uma política criada especificamente para esse grupo, mas de abrangência nacional. Verifica-se também que as atividades das marisqueiras e ceramistas representam 52% do conjunto de entrevistados. Trata-se de atividades predominantemente femininas, comprovando ser também significativa a participação da mulher no provimento da família.

De fato, a confrontação de dados da pesquisa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) na RESEX, entre o período de agosto a dezembro de 2012, constatou que 45% dos responsáveis pela casa são mulheres, enquanto os homens representam apenas 15%.

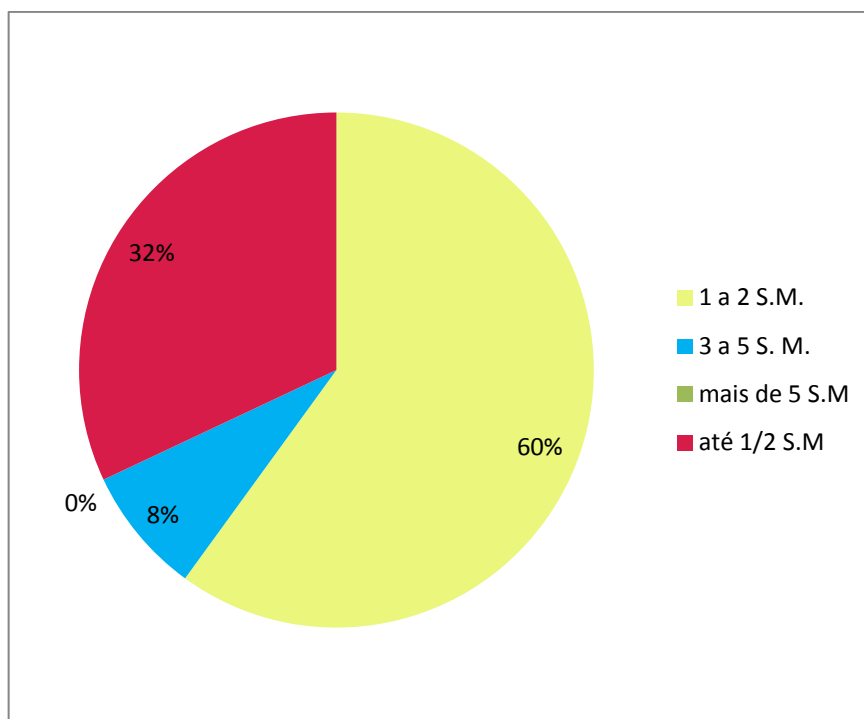


Figura 7. Rendimento das famílias

Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

O baixo rendimento das famílias, indicado pela pesquisa revela, ainda, que uma grande parcela (32%) da população vive abaixo da linha da pobreza⁴, com rendimento de até meio salário mínimo (figura 7). Esses dados são ainda maiores conforme o resultado apurado no censo demográfico do IBGE em 2010, 71,6% da população da área em estudo a renda familiar per capita é de até 1/2 salário mínimo, ou seja, a situação ainda é muito mais grave do que os dados revelaram aqui nesta pesquisa.

Conforme os números coletados junto às comunidades 92% da população possui rendimento de até 2 (dois) salários mínimos, apontando que ainda existe a necessidade de ampliação dos programas sociais. Este quadro de pobreza absoluta possui estreita relação com os baixos investimentos realizados no capital social no recôncavo ao longo dos anos, bem como a fatores históricos durante o período de povoamento no início da colonização. Ou ainda por ser uma área ocupada basicamente por afrodescendentes que de acordo com os dados do censo 2010 do IBGE este grupo tem em geral rendimentos mais baixos cerca 1,2% menor que os demais grupos étnicos.

⁴ População que vive abaixo da linha da pobreza, segundo o IBGE é aquela que a renda familiar per capita é de até meio salário mínimo mês.

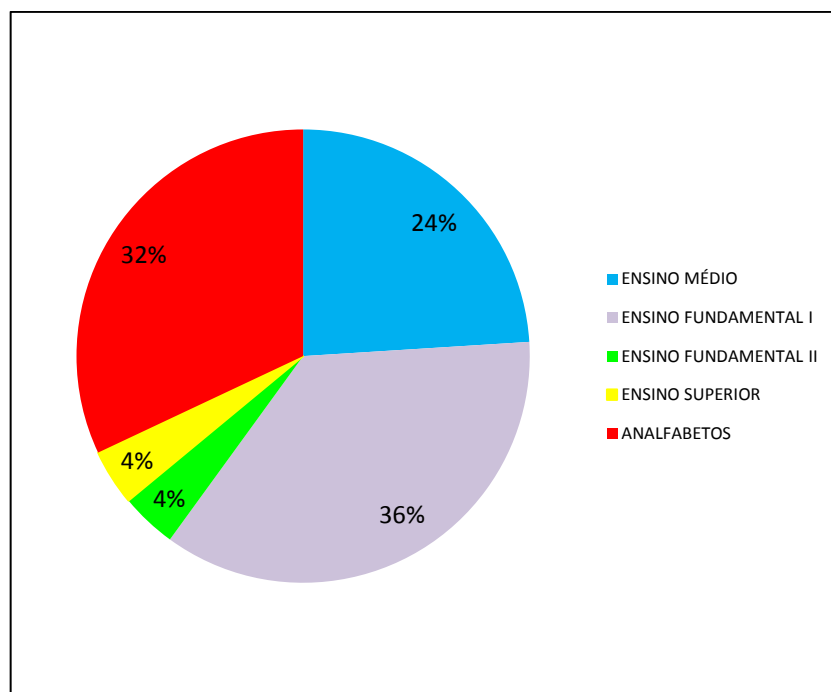


Figura 8. Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011.

Outro fator que interfere de forma significativa na participação é a baixa escolaridade da população, já que 32% são analfabetos e 36% possuem apenas o ensino fundamental I (figura8). Os dados revelados na pesquisa do IBGE censo de 2010, se levarmos em consideração a faixa etária de 15 a 65 anos, a realidade é mais desesperadora 52% se encontram na situação de analfabetismo. Por isso é necessário o engajamento da população nos movimentos sociais para que se garanta uma maior efetividade nas proposições e execuções das políticas públicas, sobretudo educacionais. Gohn (1999) escreve que “a relação entre movimentos sociais e educação tem um elemento de união, que é a questão da cidadania”. Enveredando por esse raciocínio fica explícito que o acesso à educação ainda é um mecanismo indispensável ao exercício da cidadania e desenvolvimento de consciência coletiva, ou seja, a formação do sujeito ecológico nos movimentos sociais. Quando essa consciência ainda não está formada a participação popular só ocorre mediante expectativa da existência de algum serviço, oferecido pelas entidades, ou ainda a possibilidade de ser ouvido pelos órgãos representativos do Estado. A análise dos dados do gráfico 2 nos mostra uma forte tendência a esse caminho, tendo a colônia de pescadores o maior percentual de associados em relação às outras entidades, 40% do total, configurando-se a participação social, o que não caracteriza a participação popular, que de acordo com Gadotti, esta é permeada por negociações pontuais entre o governo não atuam dentro do governo.

Os baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social resultam de investimentos pífios realizados pelo poder público, sobretudo em educação, saúde e assistência social ao longo da história do Recôncavo. De fato, os dados apresentados indicam a omissão do estado em relação aos artigos 208 inciso I, e 212 da C.F., e também a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB).

art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL 1988)

As comunidades não estão sendo assistidas conforme os preceitos rezados na Constituição Federal. A falta de acesso aos serviços de educação leva uma parcela significativa da população a uma situação de pobreza e desigualdade como também à dependência de programas de garantia de renda e combate a pobreza implantada pelo Estado.

No Brasil os movimentos sociais se tornaram institucionalidades fundamentais no processo de democratização e acesso aos serviços públicos básicos destinados à população. Por isso, a participação popular tem sido peça-chave na luta em defesa de direitos sociais asseguradas em lei, mas não cumprido pelo Estado. Isso impõe a cada cidadão o dever de conscientizar-se para que a sua participação nos movimentos comunitários seja decisiva na conquista desses direitos.

Nos estudos realizados nas comunidades que vivem no entorno da Baía do Iguape, mais especificamente Nagé, Coqueiro, e Ponta do Souza (Maragojipe) e Pilar (São Félix), os dados revelam que ainda é necessário o fortalecimento da cultura de participação das pessoas.

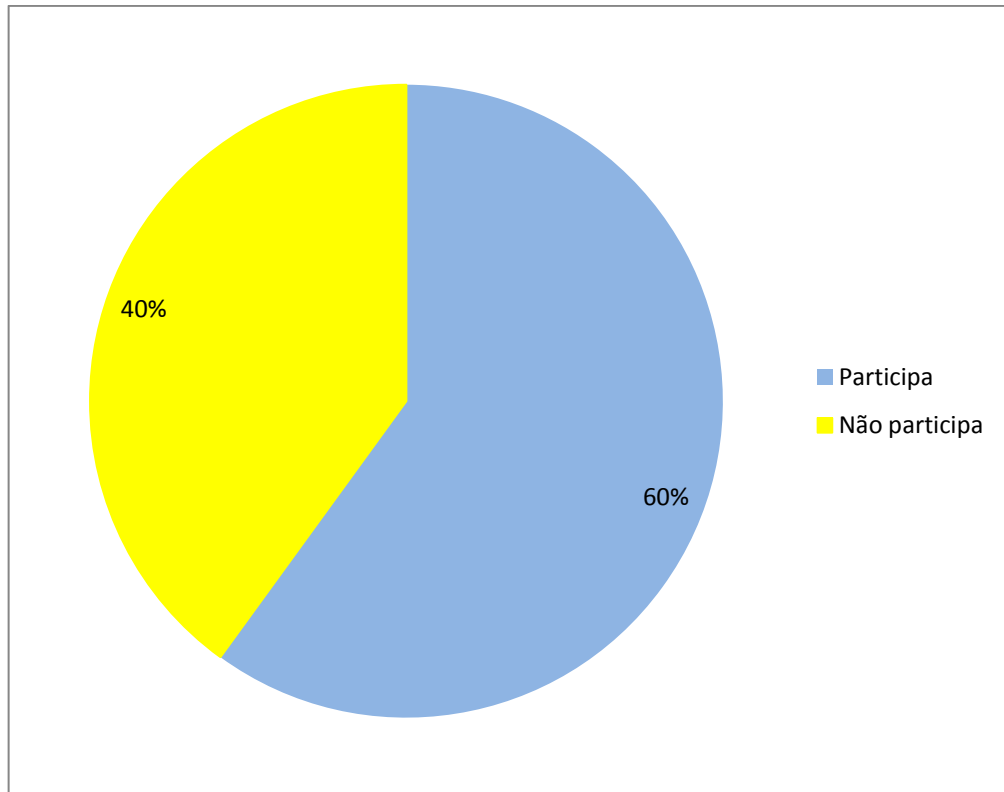


Figura 9. Programas Sociais do Governo Federal
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

Com relação a participação da comunidade em programas assistenciais do Governo Federal afirma-se que 60% participa de algum dos programas disponibilizados e 40% ainda não está inserida em nenhum deles (figura 9). As razões são diversas e serão abordadas mais adiante.

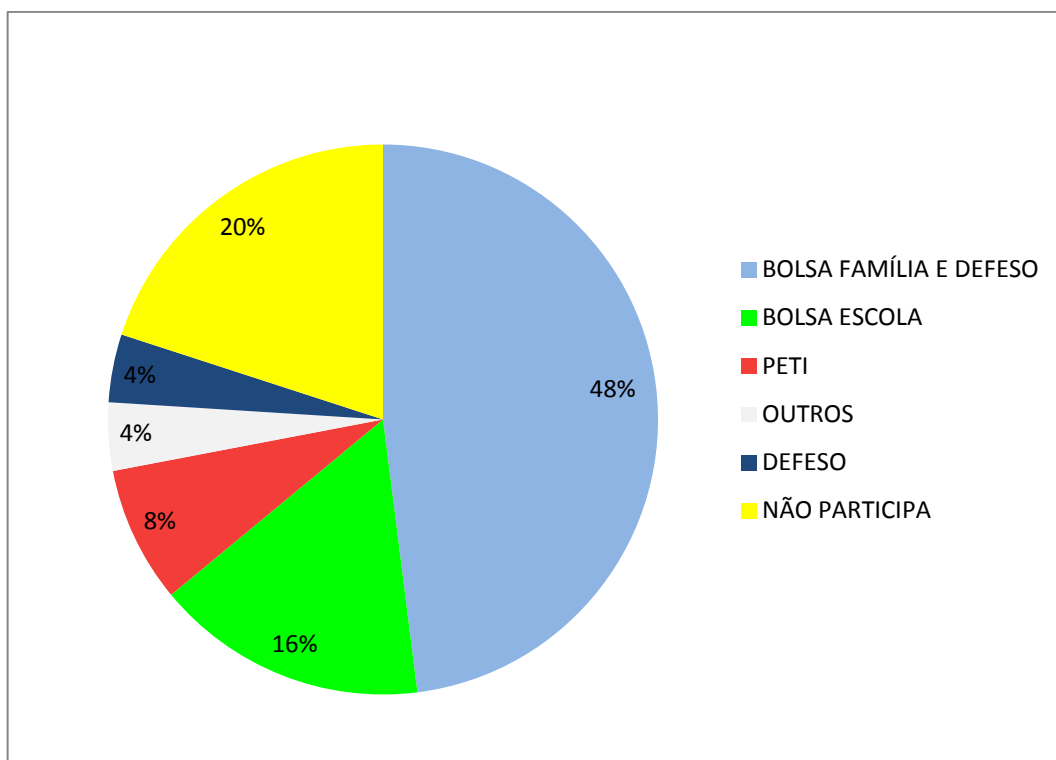


Gráfico10. Participação da População por modalidade de Programa
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

Quando perguntado sobre o tipo de programa no qual a comunidade era beneficiária (fig. 10), obtiveram-se os seguintes resultados: 48% defeso e bolsa família, 16% bolsa escola, 8% PETI, defeso e outros, ambos 4%, e 20% não é beneficiária. Pois ainda é necessário que o poder público crie o suporte para o atendimento a esse grupo que está fora do processo.

Impacto ambiental e participação

Neste item serão apresentados os dados referentes às questões ambientais e participação da comunidade no processo de criação da RESEX e das possíveis soluções aos problemas ambientais.

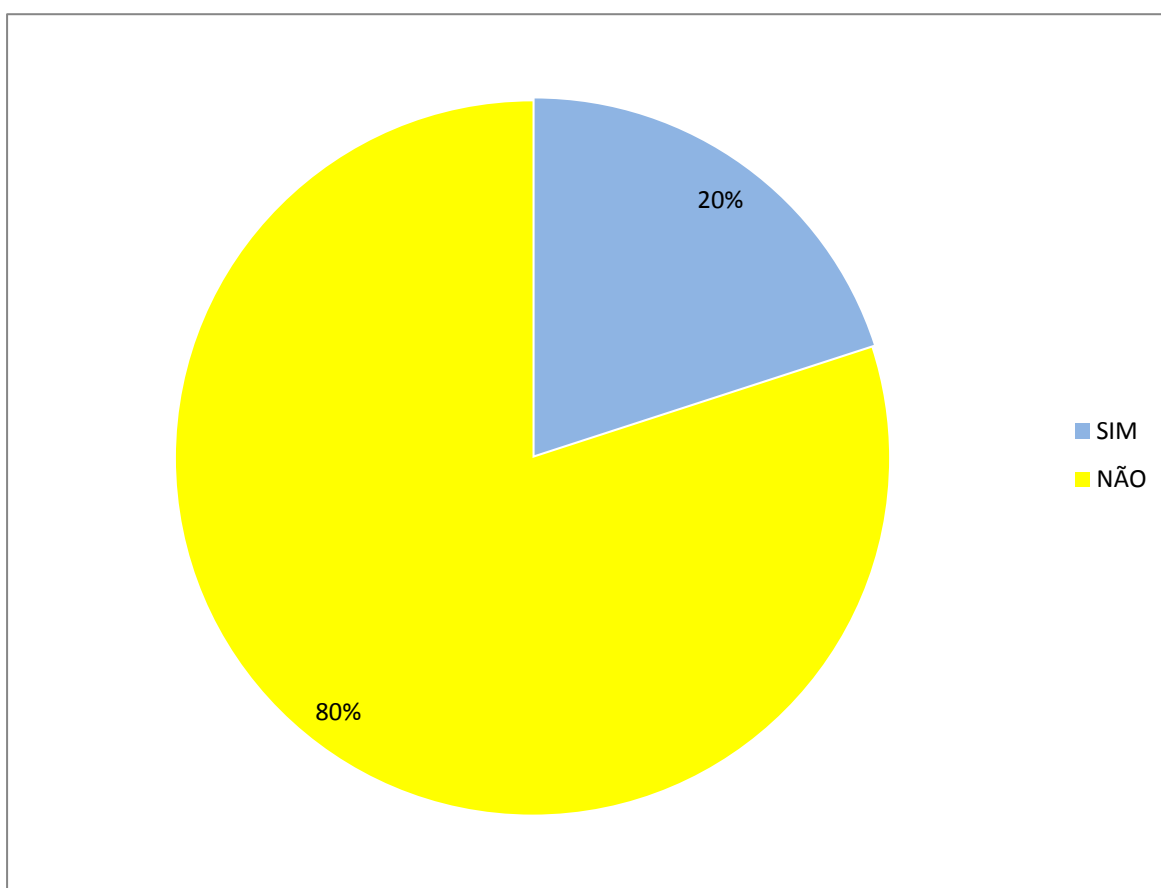


Figura 11. A UHEPC exerce influência na comunidade
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

Apenas 20% dos entrevistados afirmam que a Usina de Pedra do Cavalo exerce forte influência sobre a comunidade, contrariando outros 80% que disseram não existir influência da Usina (figura 11). Embora os dados demonstrem que o empreendimento não provocou alterações no modo de vida da comunidade, o que se constatou nas reuniões do conselho gestor, registros de atas, registros das audiências públicas dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e depoimentos de pescadores foi bem contraditório. “Com a Usina de Pedra do Cavalo tivemos um desfalque algumas espécies de pescado sumiram como a pititinga, o percal miroró, o pitu e outras, mas trouxe outras espécies como a ostra e o sururu, porém em quantidade menor do que as espécies que existiam antes” (Pres. da Associação do Pilar).

Embora os dados da pesquisa não revelem, contudo as informações obtidas através de análises de atas de reuniões e das audiências públicas, ou ainda depoimentos de moradores, coletados durante o trabalho de campo de modo geral, as alterações foram profundas, modificando o ritmo de trabalho dos pescadores e marisqueiras e ainda comprometendo a sobrevivência das pessoas, lhes negando o direito de produzir seu próprio sustento.

A Barragem e a Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo representam grandes problemas para as populações que vivem das atividades pesqueiras e extrativistas na Resex Baía do Iguape, causando sérios impactos socioambientais. Essa afirmação está registrada em ata de audiência pública realizada em 11 de dezembro de 2008, pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, ocorrida na cidade de Maragogipe – Bahia

De quem é a responsabilidade finalmente, vez que até agora não houve resposta? Não se há sequer dados ou levantamento das famílias, mas há muita gente que sobrevive do estuário e ocorrem problemas gravíssimos por conta da desestabilização no estuário, havendo crianças passando fome. Finalmente, quem é o responsável. Sabe-se que a barragem trouxe sérios problemas, mas depois do funcionamento da USINA, o impacto ambiental foi largamente aprofundado. Afirma a necessidade de se atentar a uma vazão ideal de modo a não prejudicar o estuário. A barragem se presta a múltiplos usos, mas o uso da pesca não vem sendo contabilizado como uso importante, devendo atentar-se para tal tipo de uso no processo de licença dentre os múltiplos usos. (ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO MPs, 2008).

Os desequilíbrios ambientais provocados pela operação da Usina e a falta de políticas públicas adequadas causaram verdadeiros confrontos entre a comunidade, a concessionária da Usina e o Estado, através de seus diversos órgãos responsáveis por aquele setor, mediados pelos Ministérios Públicos (MPs) Estadual e Federal. Vale ressaltar que os MPs possuem papéis relevantes na mediação dos conflitos, promovendo audiências públicas para que seja exercido o direito de cidadania da sociedade e ainda exerce papel motivador na participação popular. Essas audiências se transformaram em verdadeiro espaço democrático de participação popular, no qual o cidadão é ouvido. Essa democratização também é ratificada na fala de um dos representantes da comunidade, na mesma audiência pública de 11 de dezembro de 2008, realizada pelo Ministério Público em Maragogipe: *“talvez este momento – audiência pública - tenha sido o único em que os pescadores realmente estão sendo ouvidos”*.

Conforme o depoimento nota-se que a participação da sociedade na construção de propostas de políticas públicas para as populações que residem e vivem de atividades extrativistas na Resex ainda não está consolidada, pois não existe inserção das comunidades nos órgãos responsáveis por estas ações, o que induz o MP a utilizar dos instrumentos e dos poderes que lhes são concedidos pela legislação para efetivar tal participação. Porém, existe ainda a falta

de conhecimento dos problemas, que para Quintas (2006) “este fato ameaça a própria sobrevivência da comunidade atingida”. O que nos remete a pensar que pode ser também a falta de envolvimento nas questões locais. Demo (1999) suscita que:

Participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir a ser, sempre se fazendo. [...] é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. [...] serve também para alcançar certos objetivos ou caminho de realização da cidadania, à implementação de regras democráticas, ao controle do poder, ao controle da burocracia e à cultura democrática.

Participação é um dos termos mais referidos em discursos de praticamente todas as institucionalidades nacionais e internacionais, seja ela governamental ou de qualquer outra natureza. Para Gohn (2001), três concepções fundantes auxiliam-nos a entender um vasto campo de disputa e composição entre projetos de participação para a sociedade: a liberal, a revolucionária e a democrática radical.

A concepção revolucionária entende a participação como um processo de organização popular na luta contra as relações de dominação e o modo como o poder está distribuído em uma sociedade de classes. Os caminhos para o enfrentamento podem ser os legais e institucionais ou os paralelos em busca de rupturas revolucionárias. Os partidos, por exemplo, são aparatos de organização por excelência e a democracia representativa deve ser substituída pela democracia direta, sendo essenciais, para isso, a criação e experimentação de estruturas coletivas alternativas.

A concepção liberal acontece num movimento espontâneo dos indivíduos em estes são vistos como iguais, sem que sejam considerados relevantes as diferenças de classes, gênero ou étnicas.

A concepção democrática radical visa ao fortalecimento da sociedade civil em favor de uma ordem social mais justa e igualitária. Os movimentos sociais, sindicatos, ONGs e outras formas associativas têm papel relevante na construção do processo plural de hegemonia. Os sujeitos não são indivíduos abstratos da concepção liberal, nem exclusivamente os membros de uma classe social, mas os cidadãos, os quais são definidos por suas relações de classe e também de gênero, etnia, orientação sexual, grupo etário etc.

As duas concepções apresentam algo em comum, que é a participação, seja ela pública ou social que representam a repartição de responsabilidades entre a sociedade e o estado, sobretudo no planejamento e controle do que é público.

Mesmo assim, seguindo este pensamento, independente de qual concepção seja adotada, acredita-se que a participação popular seja o único instrumento de que dispõe a sociedade brasileira para o exercício da cidadania, capaz de transformar e redirecionar as ações do estado para o atendimento coletivo, fazendo com que os recursos da natureza não sejam visto apenas como mercadorias que estão à disposição dos grandes grupos econômicos, mas, como bem de uso comum a todas as classes sociais.

Ainda sobre a participação, Pimbert e Pretty in Diegues 2000 ressaltam sete níveis de participação, a saber: 1. Participação passiva; 2. Participação como extração de informação; 3. Participação por consulta; 4. Participação por incentivos materiais; 5. Participação Funcional; 6. Participação interativa; 7. Automobilização.

Analisando as informações e as circunstâncias sob as quais os dados foram obtidos é razoável afirmar que as comunidades ribeirinhas estudadas aproximam-se de dois níveis mencionados acima (a participação por consulta e a participação interativa), que acabam se alternando conforme as discussões de cada pauta em questão. Ressalta-se que, pelo menos na gestão ambiental o ideal seria o envolvimento da comunidade pautado na automobilização.

Participação por consulta: As pessoas participam sendo consultadas, e agentes externos ouvem os pontos de vista. Esses agentes definem os problemas e as soluções, e podem modificá-los conforme as reações das pessoas. Tal processo consultivo não compartilha nenhuma tomada de decisão e os profissionais não tem obrigações de considerar a visão das pessoas Participação interativa: As pessoas participam em análises conjuntas, que conduzem a planos de ação e formação de novos grupos locais ou fortalecimento daqueles já existentes. Tende a envolver uma metodologia interdisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de um sistemático e estruturado processo de aprendizado. Esses grupos assumem o controle a cerca das decisões locais e, então, as pessoas adquirem o interesse em manter as estruturas e as práticas.

Aqui vale resgatar a discussão anterior sobre a necessidade de se conhecer as condicionantes que envolvem o equilíbrio socioambiental, já que os resultados obtidos na pesquisa junto a comunidade sobre a influência da UHEPC (gráfico 8), apenas 20% dos entrevistados afirmam que a Usina de Pedra do Cavalo exerce forte influência sobre a comunidade e 80% disseram não haver influências. Embora os dados obtidos na pesquisa não confirmem os impactos existem, e podem ser ratificados em documentos do Ministério Público produzidos na audiência pública de 11 de dezembro de 2008. O trecho a seguir explicita os impactos causados tanto pela Barragem como pela Usina:

José Augusto – (Conselheiro da RESEX e representante da comunidade de Coqueiros): a comunidade de Coqueiros vivia da pititinga e depois da barragem começou a faltar este peixe no rio; hoje, quem consegue pescar 10Kg por mês ainda tem que agradecer e se assim continuar somente restará “morrerem de fome”.

José Roberto: a comunidade do Iguape sofreu impacto ambiental há 30 anos com a construção da barragem e nos últimos 30 anos a natureza vinha se adaptando à interferência humana, mas de 2004 para cá as espécies começaram a desaparecer, v.g., a pititinga antes farta, hoje quando aparece, não dá para o sustento sequer da família. Quem seria responsável pela extinção das espécies e pelo retorno da natureza ao seu estado anterior? (INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 288.0.40465/2008 MP/BA).

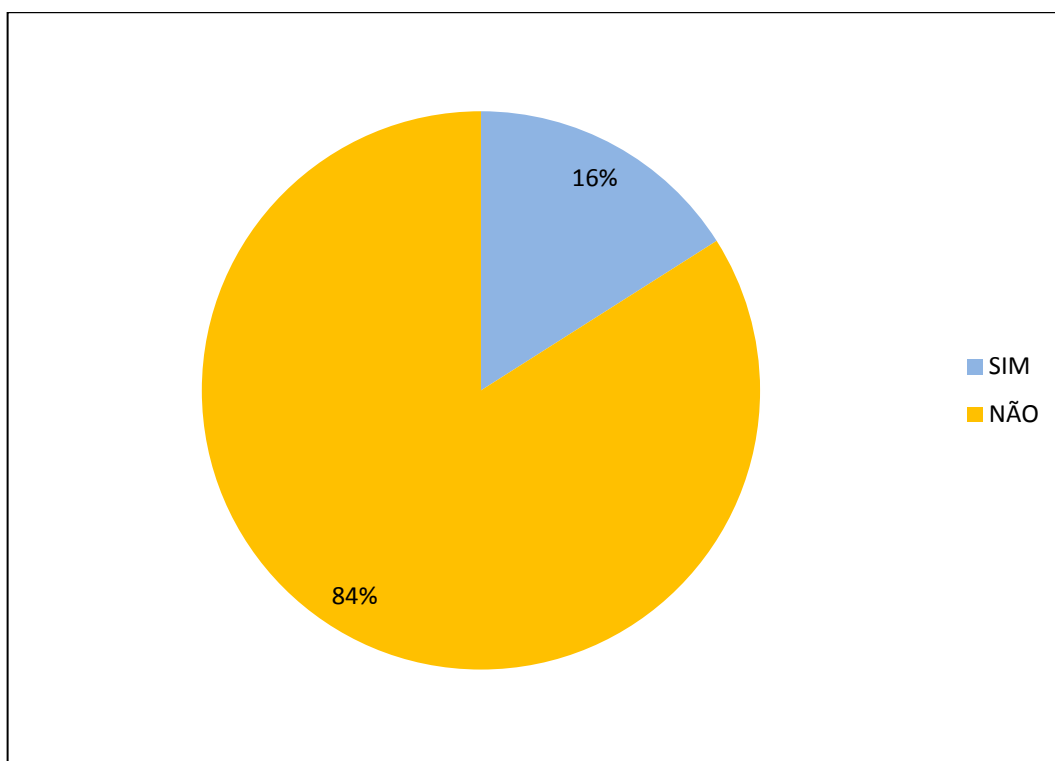


Figura 12. Existência de proposta da concessionária para recuperação ambiental
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

Com relação a existência de propostas de recuperação ambiental de iniciativa da concessionária da Usina geradora de energia (figura 12), apenas 16% responderam positivamente, enquanto que 84% afirmam que a concessionária não possui nenhuma ação nesse sentido.

Em um trecho da ata da audiência pública do MP é ressaltado por representante da comunidade a falta de projetos para minimização dos impactos socioambientais.

[...] a população carente é quem vem sofrendo, perguntando como todos irão viver; relata que o GRUPO VOTORANTIM nada está fazendo pelo povo, com o fim da

pescaria e outros danos, apesar de alguns “companheiros” afirmarem que a VOTORANTIM teria construído escola etc. (idem)

Os dados não confirmam a falta de projetos, mas indicam que as iniciativas são insuficientes para a dimensão dos problemas causados.

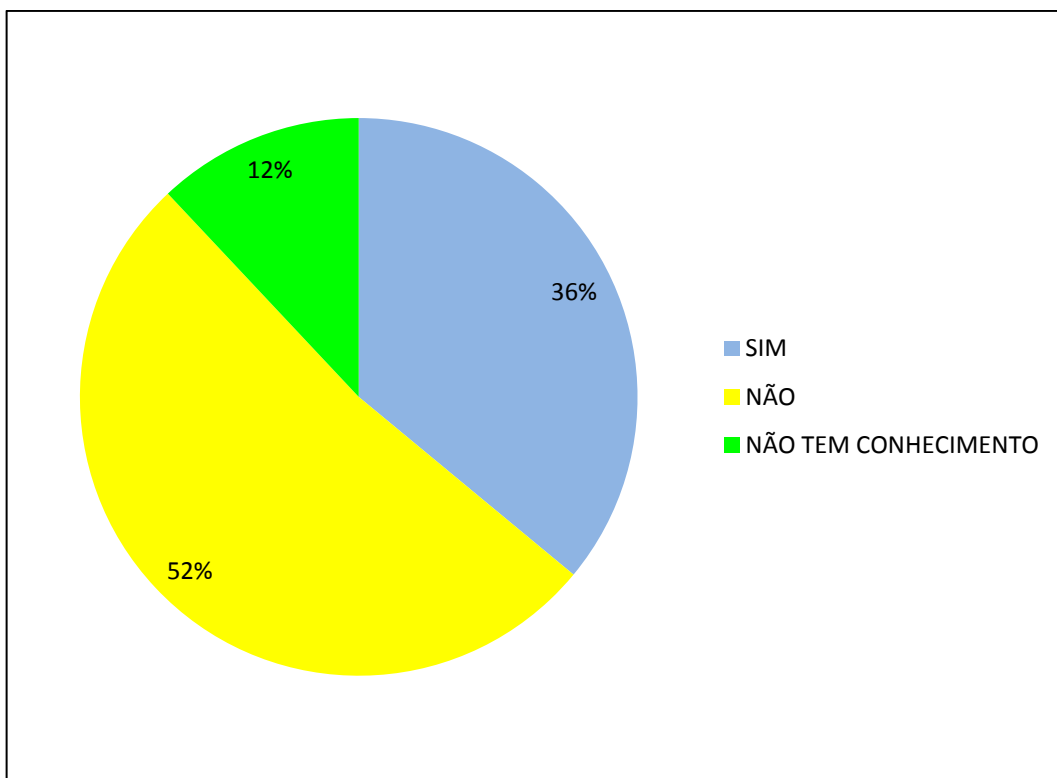


Figura 13. Participação da comunidade na elaboração das propostas
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

A figura 13 apresenta os resultados da participação da comunidade na formulação dessas propostas de recuperação do meio ambiente com os seguintes dados: 36% disseram sim, 52% não e 12% afirmaram não ter conhecimento de nenhuma iniciativa de tal natureza. Destaca-se a proposta de recuperação das áreas de mangue apresentadas pela concessionária e pelo órgão gestor da RESEX. Aqui, as comunidades parecem ter conseguido apontar uma solução ao enfrentamento de parte dos problemas observados na RESEX.

Os dados apontam, ainda, a necessidade de maior envolvimento da comunidade. Suscitam-se alguns questionamentos com relação à pequena participação da sociedade na formulação das políticas públicas de meio ambiente. Falta de publicidade? Baixa escolaridade da população ou a falta de uma consciência coletiva de participação?

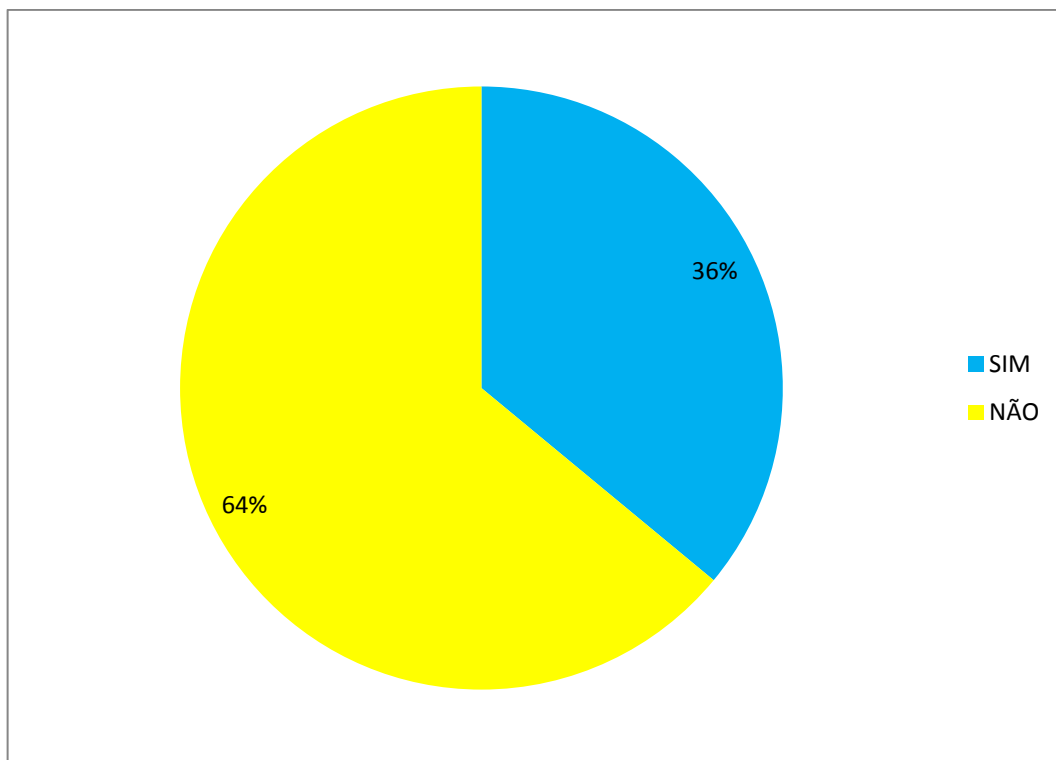


Figura 14. Conhecimento da população sobre a existência de órgão oficial de meio ambiente.
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

Com relação a existência de órgãos oficiais de meio ambiente em nível municipal, os dados coletados junto a comunidade (figura 14) foram os seguintes: 36% responderam positivamente e 64% não têm conhecimento. Confrontando os dados com as informações oficiais, existe uma incompatibilidade, pois os municípios de Maragogipe e São Félix possuem formalmente diretorias de meio ambiente, inclusive conselhos de controle e gestão ambiental, criados por Lei. Entretanto esta incompatibilidade está associada à falta de atuação destes órgãos ou a falta de divulgação dos trabalhos e ações desenvolvidos por eles.

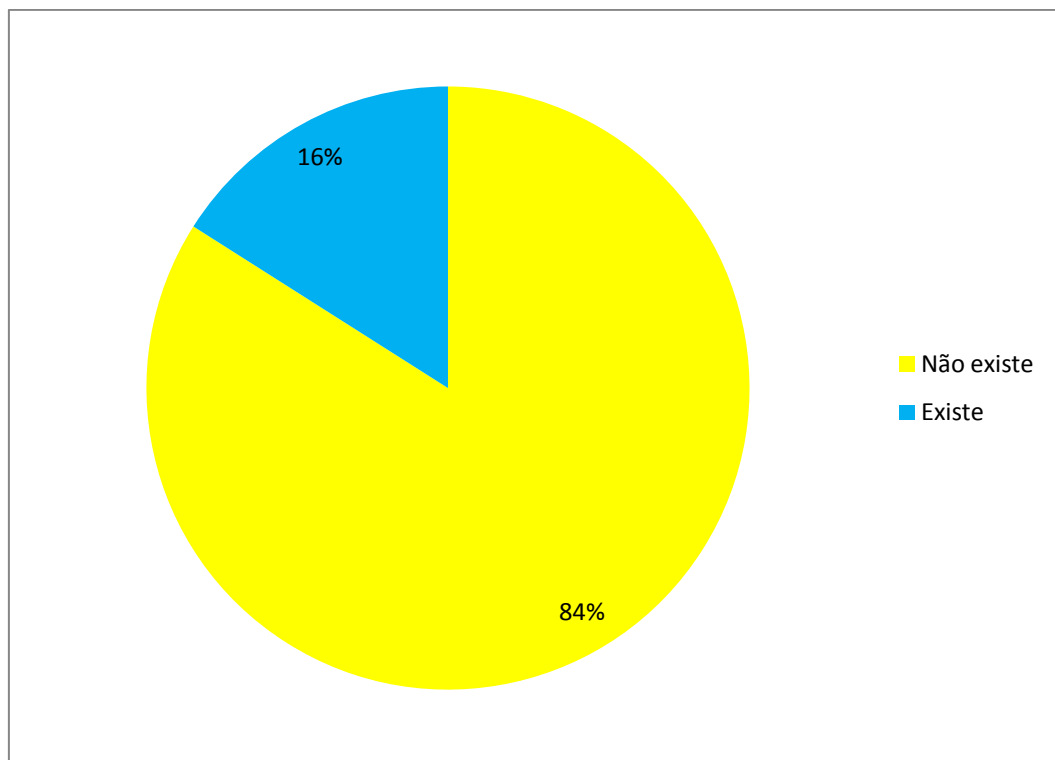


Figura 15. Políticas Municipais de Atendimento às pessoas afetadas pela operação da UHEPC
Fonte: Dados da pesquisa coletados em Maio e Junho de 2011

Aparentemente, os entrevistados (84%) desconhecem a existência de políticas públicas municipais de atendimento àqueles afetados pela operação da UHEPC (figura 15). Talvez este fato deva-se à falta de informação e divulgação das ações empreendidas pelas institucionalidades para a população.

Percepção dos gestores públicos quanto à participação popular na Resex.

Conforme depoimentos concedidos pelos gestores públicos dos Municípios de Maragogipe e São Félix, a criação da Resex ocorreu a partir da atuação do IBAMA, em parceria com a população e outros órgãos públicos, em decorrência dos problemas ambientais causados pela operação da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, como por exemplo, a degradação dos manguezais e o desaparecimento de peixes e crustáceos.

Outro fato bastante significativo foram as alterações ambientais provocadas pela ação de proprietários de sítios e fazendas no entorno da Baía do Iguape, e assoreamento do leito do rio em decorrência da retirada das matas ciliares para pastagem e construção de área de lazer. “Essas ações tem provocado um dano enorme, mas que não é percebido pela população. Hoje,

nos momentos de maré baixa, não navega nem canoa em decorrência da grande quantidade de areia que reduziu a profundidade do talvegue”.

Numa análise crítica, o que falta ainda é uma participação mais efetiva das comunidades, embora a Resex tenha um Conselho bastante representativo com assento todos os segmentos da população que vive na mesma, entretanto essa representatividade não garante uma efetividade na gestão da reserva em decorrência de outros aspectos que interferem negativamente na regularidade de funcionamento dos conselhos.

4.2 A criação da Resex: histórico e análise da participação.

Reserva extrativista é uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público, com cessão de uso às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com as disposições legais.

A Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape surgiu de um projeto fracassado do Governo Federal implantado com a parceria de Órgãos ligados às atividades pesqueiras e extrativistas (SUDESP SUDESCO), nos anos de 1980. O projeto tinha como finalidade o financiamento de instrumentos e equipamentos destinados a atividade da pesca (barcos, lanchas, canoas, redes entre outros artefatos), além de equipamentos e utensílios para beneficiamento e conservação dos produtos (freezer, refrigeradores, entre outros).

A iniciativa não deu certo em decorrência da falta de acompanhamento técnico especializado, destinado a capacitação da comunidade para o uso e manejo dos recursos naturais numa perspectiva de sustentabilidade e, ainda, ausência da participação da sociedade na criação do projeto e na formulação das propostas. Segundo Professor Carlos Antonio Santos, então chefe da RESEX – Baía do Iguape, “outros fatores também foram determinantes para o insucesso como, por exemplo, a deterioração do manguezal causada pela ação antrópica dos próprios pescadores que o utilizavam como lenha (usada na defumação dos pescados e crustáceos, nas

padarias, olarias e cerca de quintais); e do governo local, com a prática do desmatamento do mangue para construir praias para atração turística das populações do Recôncavo, depósito de lixo (lixões); crimes de pesca predatória (uso de explosivo, rede malha fina, não respeito ao período de desova); a falta de informação ou desconhecimento das comunidades sobre a importância do manguezal para o equilíbrio do ecossistema; e para a geração de emprego e renda da própria população”.

Naquela ocasião, após estudos realizados pelo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em parceria com universidades, órgãos internacionais, sociedade civil organizada e movimentos sociais, adotou-se enquanto estratégia de combate à degradação ambiental, que ameaçava o equilíbrio do ecossistema e a sobrevivência dos habitantes do entorno da Baía do Iguape, a mobilização das comunidades através de projetos ecológicos e de educação ambientais voltados à sustentabilidade, e tendo a participação social como espaço democrático de discussão e formulação de políticas públicas.

O resultado desse processo culminou em projetos de defesa do meio ambiente, fazendo surgir novas institucionalidades da sociedade civil organizada, tais como as ONGs (Vovó do Mangue, Centro mangue, Cantarolama), associações de pescadores, produtores de artefatos de cerâmica, marisqueiras e movimentos sociais diversos.

Com toda essa efervescência de acontecimentos permeados pela necessidade de mudança de atitudes da população em defesa do meio ambiente, com o intuito de garantir a continuidade das atividades extrativistas das populações tradicionais da Baía do Iguape, em 1997, foi solicitado pelas comunidades dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe a transformação da área (Baía do Iguape) em uma RESEX; conforme o abaixo assinado dos moradores de Maragogipe de 30/05/1997 Fls. 02 do Processo do IBAMA de criação da Resex:

Nós, abaixo assinado, moradores de MARAGOJIPE – BAHIA, vimos pela presente, solicitar ao IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, através do Centro Regional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, que o MANGUEZAL de MARAGOJIPE e respectivo banco marinho de nosso estuário, anexo ao MANGUE, onde extraímos nosso sustento (sururu, ostra, caranguejo, mapé, sarnambi, bebe-fumo (berbigão), camarão, peixes etc.), sejam transformados em RESERVA EXTRATIVISTA, considerando a necessidade de continuarmos a conservar ao longo do tempo os recursos naturais tradicionalmente por nós explorados. (ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DE MARAGOJIPE)

Essa transformação só ocorreu após três anos de intensos debates e discussões entre a sociedade e o poder público (IBAMA), perante análise dos estudos de viabilidade, uma vez

que o espaço da Resex sofria influência de atividades potencialmente poluidoras ou de grande impacto (Barragem de Pedra do Cavalo e do Canteiro de Obras São Roque do Paraguaçu).

Na presente análise verificou-se que os Ministérios Públicos foram os principais promotores do fórum de discussões e de participação da sociedade, na tentativa de resolução dos problemas ou impactos ambientais causados pela operação da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo. Abaixo figura ilustrativa da visão panorâmica da Barragem de Pedra do Cavalo



Figura16. Vista da Barragem de Pedra do Cavalo
Foto: Luis Antonio P. Lima. 2013

Finalmente em 14 de agosto de 2000 é publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial de 11 de agosto de 2000, que cria a RESEX - Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, estabelecendo uma área de 817 ha abrangendo os municípios de Cachoeira (Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu) e Maragogipe (Guaí, São Roque, Ponta do Souza, e Sede). Por tudo isso, afirma-se que a RESEX Marinha Baía do Iguape, espaço de nossa investigação, surgiu exatamente das pressões populares na busca dos direitos garantidos em nosso marcos legais, obrigando o Estado a reconhecer o direito das populações mais pobres ao acesso aos bens e recursos que vinham apenas sendo explorados ou degradados pela ação do grande capital.



Figura 17: Canteiro de Obras São Roque do Paraguaçu.
Foto: Luis Antonio P. Lima. 2013

Recentemente, o território da RESEX passou por um processo de alteração de sua poligonal, sendo reduzido nas proximidades do Distrito de São Roque do Paraguaçu (Maragojipe) à sudeste da baía, e sendo ampliado a noroeste com a inclusão da Comunidade do Pilar (Distrito do município de São Félix), passando a abranger área de 10.074,42 ha através do projeto de Lei Nº 5.892 de 2009 de autoria do Poder Executivo Federal.

Nitidamente, as alterações visavam atender as exigências ambientais de instalação e operação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (figura 17), no distrito de São Roque (Maragojipe), de propriedade de uma parceria pública privada (Consórcio Enseada do Paraguaçu, capitaneada pela Odebrechet e outras). Essa motivação também tornou-se explícita enquanto uma estratégia para evitar resistências da comunidade e do órgão gestor da RESEX (ICMBio). Isso fica bastante claro com o teor da mensagem n.º 661/2009, e do aviso nº 593/2009 da Casa Civil, enviados para apreciação do Presidente:

A proposta de redelimitação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape consiste em redução e ampliação dos atuais limites. O recuo da linha demarcatória da Reserva Extrativista nas proximidades do estaleiro de São Roque permitirá a regularização e expansão da indústria naval, impulsionando, assim, a economia local. Por outro lado, a ampliação pretendida possibilitará a inclusão de um conjunto significativo de famílias, que vivem da atividade pesqueira, como beneficiárias da Reserva Extrativista. A ampliação propiciará, ainda, agregação à área protegida do Convento de São Francisco do Paraguaçu, tombado em 1941 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (BRASIL, 2009).

Na mensagem enviada ao Presidente para apreciação do Projeto de Lei, a justificativa principal é a instalação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, ou seja, a ação do Estado como agente promotor do desenvolvimento da economia local, mas sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade, e com atendimento a uma antiga e justa reivindicação das Comunidades do Pilar, no município de São Félix, que vivem em torno da Baía do Iguape. Quintas (2006) afirma que:

Um determinado empreendimento pode representar lucro para empresários, emprego para trabalhadores, conforto pessoal para moradores de certas áreas, votos para políticos, aumento de arrecadação para Governos, melhoria da qualidade de vida para parte da população e, ao mesmo tempo, implicar prejuízo para outros empresários, desemprego para outros trabalhadores, perda de propriedade, empobrecimento dos habitantes da região, ameaça à biodiversidade, erosão, poluição atmosférica e hídrica, desagregação social e outros problemas que caracterizam a degradação ambiental (QUINTAS 2006).

Acompanhando este raciocínio o Estado se preocupou com o aumento da arrecadação, a geração de certo número de empregos a determinados grupos sociais e ao mesmo tempo provocando danos irreparáveis aos ecossistemas da Resex.

Percepção da comunidade quanto ao processo de gestão da Resex

De acordo com as informações da comunidade a gestão da Resex é realizada pelo ICMBio, que é responsável pela fiscalização da área em parceria com a Polícia Federal, no sentido de coibir a pesca predatória, sobretudo com uso de explosivos; e pela realização de projetos de recuperação e proteção dos manguezais, e de espécies de peixes, crustáceos e moluscos que correm riscos de desaparecerem.

Todo esse processo tem sido respaldado pela participação das comunidades através de seus representantes no Conselho da Resex. A escolha dos conselheiros da Resex ocorre através de eleições nas associações, com voto aberto. Às vezes o processo leva mais de um dia. A atuação dos conselheiros é bastante significativa, pois se leva a ideia da comunidade para discutir na reunião do Conselho e retorna para uma nova apreciação nas assembleias em cada comunidade.

Segundo a comunidade, as deliberações da reserva são sempre feitas de forma democrática. Tudo é decidido em reuniões do Conselho presidido pelo IBAMA, atualmente ICMBio (chefe da Resex), com participação de representantes das comunidades pesqueiras que vivem na e da Resex, representantes de órgãos públicos e entidades da sociedade civil. “É o único Conselho

que nossa comunidade tem participação de verdade, onde nós pescadores e marisqueiras somos ouvidos.” (depoimento de membros da comunidade).

4.3 Tendências e desafios dos conselhos

Influenciadas pelas atividades da Barragem e Usina de Pedra do Cavalo, a pesca predatória, invasões em área de preservação permanente, implantação de estaleiros navais, a existência e o equilíbrio socioambiental da RESEX parecem estar condicionadas a atuação dos diversos atores sociais, sobretudo das comunidades no órgão gestor, no Conselho, bem como em outras instâncias responsáveis por estudos e diagnósticos para implantação de projetos destinados ao atendimento das famílias que vivem no entorno da unidade de conservação.

Os Conselhos de Unidades de Conservação têm suas diretrizes fundamentadas no Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamenta o SNUC e na Instrução Normativa nº 11/2010 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 trouxe mudanças significativas nas funções e atribuições dos conselhos de unidades de conservação, pois a partir de então deixaram de ser apenas órgãos deliberativos e consultivos, e tornaram-se instrumentos de gestão, ou seja, estão envolvidos diretamente na gestão cotidiana das unidades de conservação, propondo e discutindo políticas públicas, plano de manejo e condicionantes para sua exploração. No trecho transcrito da Ata da 4ª reunião do Conselho Deliberativo do ano de 2013 realizada no distrito do Pilar no município de S. Félix-Ba, pode ser observada esta incumbência.

[...] após várias observações dos conselheiros, Sérgio sugeriu que o Conselho aprovasse os eixos centrais do Plano Diretivo de Pesca apresentado pelo estaleiro e delegar competência ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento para depurar o Plano. Sugeriu ainda que o Conselho criasse uma resolução e o Conselho destacou Siri do Mangue, Preto e Bartolomeu para elaborar a resolução, sendo que estes apresentaram a seguinte minuta: Resolução nº 06 de 19 de novembro de 2013: “Considerando a Licença de Instalação nº 737/2010, item 2.13, emitida pelo IBAMA e a Autorização para Licenciamento Ambiental nº 05/2010 do ICMBio, itens 2.1 e 2.2, resolve: Art. 1º - Aprovar os eixos centrais do “Programa de Compensação da Atividade Pesqueira”, também intitulado “Plano Diretivo de Pesca da RESEX Baía do Iguape”, a ser executado nesta RESEX Baía do Iguape, como condicionante da respectiva licença, os quais são: Fortalecimento das organizações de base; Programa de fortalecimento de educação ambiental para o acordo de gestão da pesca; Projetos produtivos de pesca; Infraestrutura de apoio à pesca; (Ata da 4ª reunião do Conselho Deliberativo do ano de 2013)

O papel desses conselhos tende a crescer com a democratização da gestão das unidades, se transformando no principal componente de gestão. Para que isso verdadeiramente se efetive é imprescindível que alguns princípios sejam observados no cotidiano dos conselhos, tais como sua legalidade, representatividade, legitimidade, a representatividade dos conselheiros e a paridade tanto de gênero e de setor, como de governo e sociedade civil.

O Conselho da reserva está estruturado conforme as determinações do órgão gestor com o total de representações somam 38 cadeiras, sendo 23 de organizações extrativistas e 15 de não extrativistas, com eleições regulares de dois em dois anos para renovação e a forma de escolha dos representantes é através de eleições dentro de suas associações e, indicação quando se tratar de instituições de outra natureza.

Existe uma unanimidade internacional de que a gestão coordenada e participativa é uma estratégia exitosa para a eficiência da administração de UCs. Fica evidente que este caminho foi mais valorizado após a regulamentação do SNUC.

“[...] nas discussões relativas a espaços públicos de gestão e participação, é essencial a ideia de que a mobilização social e os tipos de representação tenham que buscar um novo modo de relacionar Estado e Sociedade Civil, para que haja um novo modo de governar com a presença de agentes não estatais nos órgãos públicos, exercendo o denominado controle social. É aí que se inserem as discussões a cerca da gestão participativa em UCs [...]” (LOUREIRO; CUNHA, 2008, p. 244).

O Conselho da RESEX Marinha Baía do Iguape é um órgão deliberativo e consultivo, que possui grandes responsabilidades, principalmente no controle do uso dos recursos, bem como no estabelecimento de condicionantes para o uso e exploração de atividades, ainda que não estejam diretamente inseridas no espaço territorial da Resex, mas que possam provocar alterações, sobretudo ao equilíbrio socioambiental do ecossistema que compromete as atividades extrativistas e a sobrevivência das comunidades que vivem na reserva. A esse respeito existe uma incompatibilidade entre os órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, o ICMBio e o próprio Conselho. Tomando como exemplo a liberação feita pelo INEMA para a operação do Estaleiro São Roque, Rodolfo (representante do ICMBio no Conselho), “[...] informou que o INEMA concedeu licença sem autorização da RESEX, que no seu entender deveria gerar um novo processo” (Ata de reunião do Conselho 29/2012).

Delgado-Mendez e Almeida também nos convidam a reflexões importantes ao escreverem que:

No projeto do estaleiro naval, a participação é um mero acidente. O processo participativo parte da premissa que ele deve ocorrer independente da não existência de consenso sobre o projeto, seja ele um consenso de índole econômica, social ou

ambiental (este último em menor proporção). Ainda, parece ser obrigatório a se encaixar dentro dos moldes do atual modelo de desenvolvimento no Brasil, onde os danos e impactos dos projetos justificam-se sob a conhecida frase de ser “o preço a pagar” por buscar o progresso. (DELGADO-MENDEZ e ALMEIDA 2011)

A Reserva tem sua gestão pautada na participação social através do Conselho Gestor, no qual existem as representatividades de grupos distintos da sociedade civil que vivem no entorno da Resex (pescadores, marisqueiras, ceramistas, trabalhadores rurais, comunidades quilombolas), órgãos oficiais do Estado da Bahia e da União (INEMA, INGA, ICMBio, IBAMA, Ministério Público Estadual, Universidade Estadual de Feira de Santana, Ministério Público Federal, Universidade Federal da Bahia - UFBA, e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB) e da iniciativa privada, sobretudo de empresas que detêm concessão para explorar atividades específicas que geram impactos socioambientais na área em estudo (a exemplo da Votorantim e da Petrobras).



Figura 18. Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Resex Marinha Baía do Iguape do ano de 2013
Foto: Lima. L.A.P. maio de 2013

No Brasil, o trabalho dos conselhos fica comprometido em decorrência da falta de estrutura própria na grande maioria desses órgãos, desde o desenvolvimento básico de suas atividades até a locomoção de conselheiros, equipamentos para cadastro, registro de estudos e produção de documentos, bem como a falta de uma formação continuada dos conselheiros e a ausência da cultura da participação.

Os estudos apontaram para um arranjo de gestão participativa criada segundo os interesses das instituições estatais, visando sempre uma posição conciliadora entre as populações tradicionais e os interesses dos grandes empreendedores que possuem ou estão em processo de aquisição de licenças para exploração dos recursos naturais, ou seja, a existência do conselho da RESEX tem se transformado em um órgão de legitimação das ações empreendedoras tanto do estado quanto da iniciativa privada, restando a esse colegiado a função de discutir e aprovar condicionantes que muitas vezes sem nenhum poder de alteração.

Entretanto é importante pensar numa outra forma de gestão que valorize as diferenças e as identidades, estabelecendo tratamento diferenciado em situações distintas, haja visto que a RESEX é um campo de conflito de interesses no qual atuam grupos antagônicos, de um lado aqueles que representam e reproduzem a ideologia de uma classe dominante e, de outro, os que lutam para que seja feita um pouco de justiça social, é este espaço de disputa pelo poder que se configura a teoria do campo social, que conforme Boudieu:

É um espaço relativamente autônomo de forças e posições sociais, dotado de regras próprias e dedicado à produção e reprodução de bens culturais, de representações, de formas de perceber e classificar a realidade. Reúne um conjunto de indivíduos, grupos e instituições que estabelecem entre si relações de poder e de concorrência pela hegemonia simbólica e material desse universo, fundada na conquista e domínio do capital simbólico legitimado e reconhecido por todos os que dele participam. Por ser um espaço concorrencial, o campo pressupõe relações internas assimétricas, derivadas da desigual distribuição de poder entre os grupos dominantes e dominados. Os dominantes são os que definem o capital social legítimo do campo – objeto de disputa entre seus participantes – e, portanto, as regras do jogo. Tendem à ortodoxia e desenvolvem estratégias de conservação; enquanto os dominados tendem à heterodoxia e ao uso de estratégias de subversão da ordem (BOURDIEU, 2001).

Nesse contexto aparecem os diversos subgrupos como, por exemplo, os quilombolas pescadores, ceramistas, extrativistas cada um com interesses distintos.

5 - MOSAICO: UMA GESTÃO ALTERNATIVA PARA A RESEX.

Como instrumento de gestão territorial, os Corredores Ecológicos atuam com o objetivo específico de promover a conectividade entre fragmentos de áreas naturais. Eles são definidos no SNUC como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais.

As regras de utilização e ocupação dos corredores e seu planejamento são determinados no plano de manejo da Unidade de Conservação à qual estiver associado, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

A Resex Marinha Baía do Iguape está inserida entre a APA da Baía de Todos os Santos e a APA de Pedra do Cavalo e ao mesmo apresenta-se isolada, que de acordo com os conceitos botânicos terrestres não atende aos critérios para ser incorporada ao ramo norte do corredor central da mata atlântica, contudo esta área possui uma estreita relação com este corredor através do ecossistema marinho que é composto de uma diversidade de elementos entre os quais se destacam os manguezais, as restingas entre outros, que também estão dentro do bioma que influencia o complexo da mata atlântica. Vale ressaltar que a incorporação da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape ao sistema de corredor certamente proporcionaria um ganho significativo, sobretudo no que tange ao aporte de recursos de diversas naturezas para implementação de projetos e políticas públicas de preservação, conservação, exploração e manejo dos recursos naturais ali existentes, além de intercâmbio com outros ambientes da mesma natureza visando fortalecer o processo de gestão participativa.

Outra alternativa seria a formação de um mosaico envolvendo a APA do Lago de Pedra do Cavalo e a APA da Bahia de Todos os Santos, que aos nossos olhos não é parte de um mesmo ecossistema considerando a biota, mas, do ponto de vista espacial compõem um único ambiente que é a Bacia do Paraguaçu. A formação do mosaico seria o caminho mais viável para resolução de diversos problemas que ocorrem na resex e que tem sua gênese nos empreendimentos realizados tanto na Apa da Baía de Todos os Santos (Estaleiro de São Roque do Paraguaçu) como na Apa de Pedra do Cavalo (barragem e da usina hidrelétrica), esta última gerido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu – CBHP.

Este seria um projeto que teria um alcance bem maior uma vez que envolve mais de 80 municípios baianos que corresponde a 10% do território do Estado integrando diversos biomas em decorrência da variação climática ocorrem remanescentes de florestas estacionais e campos rupestres; pastagens entremeadas por áreas com vegetação de Caatinga, áreas agrícolas e áreas com espécies florestais secundárias da Mata Atlântica.

A criação de Mosaico de Unidade de Conservação como modelo de gestão participativa tem fundamento como jurídico as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o art. 26 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e os artigos 8º, 9º, 10 e 17 o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e a Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 6º A manifestação dos órgãos gestores de unidades de conservação e de outras áreas protegidas públicas demonstrando interesse em integrar o mosaico e sobre a composição do Conselho Consultivo deverá ser encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente pelo dirigente da instituição.

Mosaico de unidades de conservação (UC) é um modelo de gestão que busca a participação, integração e envolvimento dos gestores de UC e da população local na gestão das mesmas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. O reconhecimento de um mosaico se dá quando existir um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas de governo ou não.

O estabelecimento de um mosaico contribui também para a transposição de um dos principais desafios na gestão de unidades de conservação, que é a interação entre a população local, o governo local e os órgãos gestores de diferentes esferas de atuação para promover ações de proteção das áreas naturais.

Um mosaico tem como objetivo primordial compatibilizar, integrar e aperfeiçoar atividades desenvolvidas nas UCs que o compõem, tendo em vista, especialmente:

- os usos na fronteira entre unidades;
- o acesso às unidades;
- a fiscalização;
- o monitoramento e avaliação dos planos de manejo;

- a pesquisa científica; e
- a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

Para atingir esses objetivos, a gestão de um mosaico é acompanhada por um Conselho Consultivo, presididas por um dos chefes das UCs, que deve propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e aperfeiçoar a gestão dessas áreas, sendo fundamental a participação da comunidade local.

A opção por privilegiar o processo constitutivo dos conselhos, enquanto momento educativo e de exercício da cidadania, dá-se por o entender como fundamental para o funcionamento desse espaço público, onde estão inscritos as intencionalidades, os diálogos e as disputas dos agentes sociais que participaram do processo, e, da mesma forma, onde está inscrita a concepção que norteará o grupo formado em sua prática de gestão. (LOUREIRO E CUNHA 2008)

Diante de todos os fatos revelados durante este trabalho, sugere-se um novo modelo gestão. Parte das soluções de muitos dos problemas atualmente existentes na RESEX podem e devem ser pensados no contexto de um Mosaico que começa a ganhar força no Baixo e Médio Curso do rio Paraguai. A proximidade da APA de Pedra do Cavalo, APA Baía de Todos os Santos – BTS possibilitam a criação de um mosaico. Também é verdade que o Comitê da Bacia do Baixo Paraguai também vem ganhando fôlego e poderá influenciar (ou ser influenciado) diretamente pela Resex.

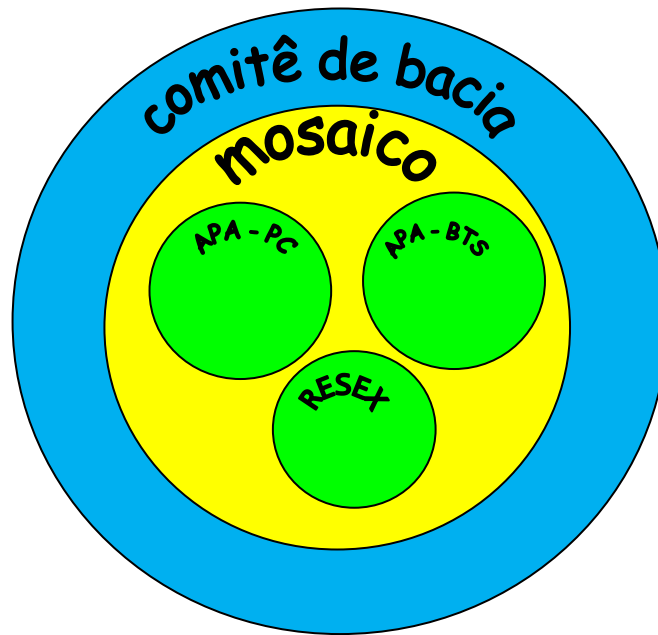


Figura 19 esquema alternativo de gestão integrada para UCs.
Autor: Luis A. P. Lima

Essa perspectiva possibilitaria o ganho de forças políticas, integração de Políticas Regionais e novos aportes de recursos financeiros, visando sempre a resolução dos conflitos que permeiam uma reserva, na qual convivem populações tradicionais (como pescadores e quilombolas) com interesses distintos, além de empresas e consórcios com capital privado e estatal, que possuem empreendimentos dentro ou no entorno dessas áreas protegidas, podendo gerar impactos socioambientais em todas elas ao mesmo tempo.

Para Porter e Brown (1996)

O processo de formulação de políticas públicas, num determinado contexto social e histórico é gradativamente influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade. As mudanças nas diretrizes e nos objetivos dessas políticas não são definidas, portanto, unicamente por processos objetivos de inovação tecnológica e crescimento econômico, por exemplo, mas, também, por transformações nas crenças, ideais e valores dominantes na sociedade que formam paradigmas sociais.

Além disso, entendemos que pensar a educação ambiental no contexto dos processos de gestão é estratégico para a reflexão crítica sobre os rumos do desenvolvimento que o país assumiu; bem como para pensar a condição de meio de enfrentamento e mediação dos conflitos ambientais e de potencialização de propostas que visem a sustentabilidade democrática, encarnada por agentes sociais que buscam um padrão civilizatório distinto do vigente (LOUREIRO, 2004; LAYRARGUES, 2002).

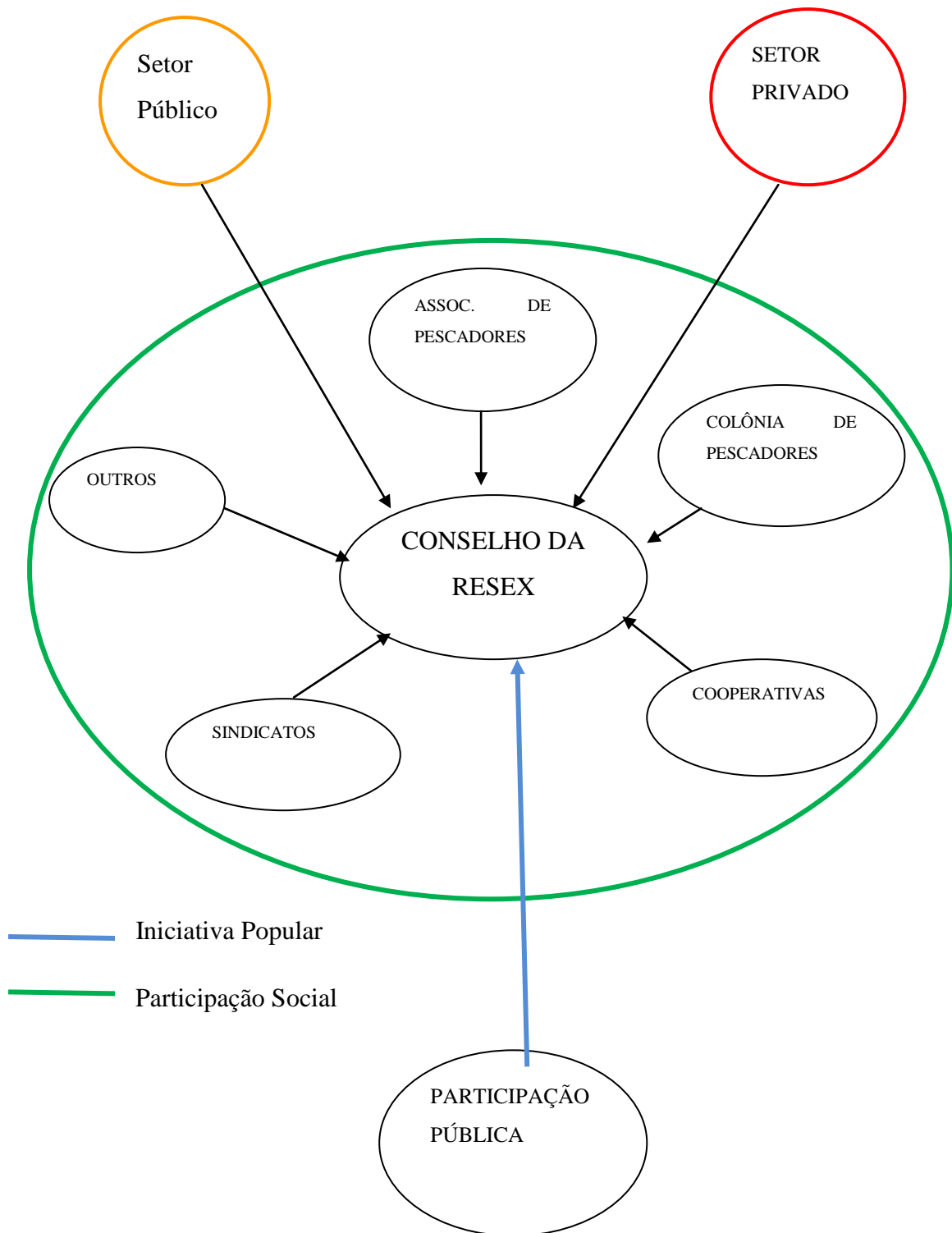


Figura 20. Esquema de gestão participativa da Resex

Embora exista um esquema de gestão das unidades de conservação bem definidos envolvendo diversos atores sociais conforme a figura 20 na página anterior, atualmente muitas APAs ainda não possuem o Plano de Manejo estabelecido, ou porque ainda não foi elaborado, por estar em fase de desenvolvimento e finalização, ou ainda, porque aguardam aprovação das instituições responsáveis por aprová-lo e instituí-lo. Esse cenário das APAs representa um desafio à efetividade das UCs, e fortalece ainda mais a necessidade de articulação e participação local em seu processo de gestão.

Os Planos de Manejo são, assim, instrumentos fundamentais para apoio ao processo de gestão. Entretanto, para que a ação seja efetiva e bem sucedida na aplicação das diretrizes estabelecidas, torna-se necessário também um processo contínuo para fortalecimento da participação do Conselho Gestor em ações para efetivo acompanhamento da implantação dos Planos de Manejo (BEU, *et al.*, 2011).

A atuação das instituições de pesquisa e ensino no âmbito dos espaços participativos não se foca somente na produção de dados e informações, mas se faz necessária também para o desenvolvimento de métodos que aprimorem a participação e a formação de consensos que gerem um processo de aprendizagem social visando o planejamento do território e a tomada de decisão de maneira participativa.

A questão da problemática ambiental é global, mas uma comunidade as vivencia de forma singular e única. Surge, então, a necessidade de ações vinculadas a contextos locais e que sejam apropriadas pelas comunidades, de forma a reconhecerem seus problemas e assumirem a corresponsabilidade na gestão, buscando respostas criativas para enfrentar os problemas emergentes, cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (JACOBI, 2011).

O desafio é aprender coletivamente para o manejo e para a tomada de decisões em conjunto de modo a viabilizar mudanças qualitativas na gestão. Nisso, os institutos de pesquisa e ensino possuem importante papel, seja por meio do fornecimento de informações, seja no suporte a ferramentas que subsidiem a aprendizagem social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar a participação popular na criação e gestão da RESEX Marinha Baía do Iguape enquanto política pública, os desafios e possibilidades para efetivação do controle social diante da nova realidade de intervenção das políticas econômicas e os impactos ambientais provocados nas comunidades que vivem na Reserva.

Entretanto o estudo mostrou que a participação popular existe na reserva numa perspectiva de controle social, uma vez que está condicionada a uma composição com representações da sociedade civil e de órgãos oficiais no Conselho. Este Conselho, por sua vez, apesar de possuir funções deliberativas, consultiva e fiscalizadora, na maioria das vezes serve apenas para convalidar ou legitimar as ações que são propostas por agentes empreendedores que atuam na reserva que é um espaço permeado por relações conflituosas entre as próprias populações ribeirinhas (quilombolas X pescadores e marisqueira) com interesses distintos. Por isso sugere-se aqui uma nova proposta de gestão, que seria em forma de mosaico garantindo assim, uma maior efetividade da participação social, uma vez que o número de atores sociais envolvidos seria muito maior garantindo assim, a interlocução entre a população e o estado.

O Conselho apesar de ser um espaço democrático de discussão ainda não se constituiu como a principal ferramenta de gestão capaz de dá conta dos diversos problemas enfrentados no cotidiano dos moradores da Resex, em decorrência da falta de estrutura básica de funcionamento, grau de escolaridade e comprometimento de seus participantes. Por isso aponta-se a necessidade de programas permanentes de formação continuada para conselheiros que traga sua organização estrutural o componente específico da educação ambiental crítica, como instrumento de mudança de atitudes e comportamentos, que só ela é capaz de promover.

A pesquisa mostrou também que o envolvimento da sociedade em determinados momentos esteve condicionado a possíveis perspectivas de obtenção de algum benefício oferecido pelo Estado enquanto agente principal de desenvolvimento de políticas públicas, ou ainda alguma medida de compensação estabelecida como condicionante para as concessionárias que detém o direito de exploração dos recursos naturais na reserva ou no seu entorno.

Um dos problemas é que, no caso dos licenciamentos em áreas do entorno, a comunidade é apenas ouvida nas audiências públicas. A comunidade pode se posicionar contra, mas não decide. A decisão é técnica. Assim, os espaços criados para garantir a participação não contribuem para o efetivo controle social. Essa realidade põe em xeque a democracia e a capacidade do governo em atuar pela coletividade.

Portanto, ainda não existe a conscientização plena de participação e isso se deve a vários fatores como: baixa escolaridade, ausência de programas de formação continuada de conselheiros, falta de esclarecimento da importância e o papel do conselho, omissão do poder público dos municípios que estão inseridos na área de abrangência da reserva.

7. REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. A importância da discussão Jurídica na Gestão Ambiental. Caderno III, 2ª ed. revista. Centro de Recursos Ambientais - CRA, Salvador, 1998.

_____, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Estaleiro do Paraguaçu. SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento da Industrial e do Comercio.

_____, Secretaria do Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH,. Aproveitamento Múltiplo de Pedra do Cavalo: impactos ambientais. Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu – DESENVALE, Salvador, BA, 1984.

BARBOSA, Luciano Chagas. Políticas Públicas de Educação Ambiental numa Sociedade de Risco: tendências e desafios no Brasil. In IV Encontro Nacional de Anppas. Junho de 2008.

BERNARDO, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento. In: BURSZTYN, M (Org.). **A Dificil Sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BEU, S.E; SANTOS, A. C. A dos; CASALI, S. (Orgs) **Biodiversidade na APA Itupararanga: Condições atuais e perspectivas futuras.** 1ed. São Paulo: Fundação Florestal do Estado de São Paulo. 2011. 152p.

BORDENAVE. Juan E. Diaz. O Que é Participação 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOUDIEU. Pierre, Lições de Sala de Aula. São Paulo: Editora Ática, 2001.

BRASIL. Participação e Controle Social: instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais; Brasília Ministério do Planejamento, SEGEPE 2013.

_____, **Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC);** Lei N ° 9985. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>.

_____. Decreto nº4340 Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília 2002 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340

_____. Decreto nº99274 Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília:1990. Disponível. [http://www planalto.gov.br/ccivil 03/decreto/antigos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos)

_____. Lei nº 7.804, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 1989. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7804.htm.

_____. Lei nº 6.938, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Brasília: 1981. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm

_____. Lei nº 8,028, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Brasília:1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8028.htm

_____. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública.** Secretaria de educação Básica. Ministério da educação, Brasília: 2004.

_____. **Constituição (1988).** Atualizada com as Emendas constitucionais promulgadas.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde.** Secretaria do Ensino Fundamental. MEC, Brasília 1997.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Educação Ambiental no Brasil.** 2008. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>. Acesso em 20/05/2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Meio Ambiente. Coletânea Gestão Pública Municipal v. 9** Brasília: CNM, 2004.

_____. **Meio Ambiente: Desafio e Oportunidade para os Gestores Municipais.** Brasília: CNM, 2008.

DELGADO-MENDEZ, J.M e ALMEIDA, Renato de. **Paradoxos e Contradições de um Processo Participativo: o caso de Maragojipe e seu destino,** 2011 In SEABRA, G.f.,MENDOÇA. et al, (ORG). **Educação ambiental: responsabilidade para conservação da sociobiodiversidade.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, v.1,p1274-1278

DEMO, P. **Participação é Conquista: noções de política social participativa.** São Paulo: Cortez, 1999.

DIEGUES. Antonio C. (Org.) **Etnoconservação: Novos rumos para proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: N,upaub – USP . Hucitec 2000

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional,** 2013. In uma colaboração para a discussão do tema geral da Conae 2014: “O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e participativa.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e Educação.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br/cidades](http://www.ibge.gov.br/cidades). > Acesso em 13 de maio de 2014.

JACOBI, P. R.; FRANCO, M. I. G. C. **Sustentabilidade, Participação, Aprendizagem Social.** In: JACOBI, P.R. (Org.). **Aprendizagem Social- Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água.** São Paulo: IEE/PROCAM, 2011. p. 11-21.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.: **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo. Ed. Atlas, 1985.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Políticas Públicas Para Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental Participativa: atores sociais para a construção da sociedade justa e sustentável. In: Loureiro, C. F. B (Org.) Cidadania e Meio Ambiente. Salvador: CRA. P. 59 – 71. 2003.

_____. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. OLAM, ano II vol. 2 nº1 2002

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. In: Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 3, n. 1 – pp. 187-201, 2008.

_____. (org.) Cidadania e Meio Ambiente. Centro dos Recursos Ambientais/CRA. Salvador, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. e CUNHA, Claudia Conceição. Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade ambiental. In: Ambiente e Sociedade vol.XI p. 237 a 253. Campinas, julho de 2008. Disponível em: www.scielo.br. Acessado em 05 de janeiro de 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARAGOJIBE (BA). Câmara Municipal de Vereadores. Lei de Política Ambiental municipal do Município de Maragojipe. Lei nº 10/2005, de 23 de março de 2005. Diário Oficial dos Municípios. Salvador, nº 18.832, p.29 - 48.05 de maio de 2005.

_____. Câmara Municipal de Vereadores. Plano Diretor Urbano. Lei nº11/2005 de 23 de março de 2005. Diário Oficial dos Municípios. Salvador, nº 18.832, p.49 – 99,05 de maio de 2005.

MINAYO MC. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procedimento Administrativo número 1.14.000.000128/2003-83 (MPF/BA) Inquérito Civil 288.0.40465/2008 (MP/BA) Ata de audiência Pública. Procuradoria da República no Estado da Bahia, Maragojipe 2008.

PIMBERT, MICHEL P, & PRETTY, JULES N Parques Nacionais, Comunidades e Profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas In: Diegues. Antonio C. (Org.) Etnoconservação: Novos rumos para proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: N,upaub – USP . Hucitec 2000.

PORTER, G. e BROWN, J. W. (1996) Global Environmental Politics. Westview Press, Colorado, 2ª edição, 238p.

QUINTAS José Silva. Introdução à gestão ambiental pública 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA – Conselhos Gestores

[Http//uc.socioambiental.org](http://uc.socioambiental.org) acessado em 11 de setembro de 2013. 2013-11:30.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA – Reserva Extrativista
[Http//uc.socioambiental.org](http://uc.socioambiental.org) acessado em 11 de setembro de 2013. 2013-11:09.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas Estruturadas

1 questionário gestor público

1 - existe órgão municipal responsável pelas ações (políticas públicas) ambientais?

a() secretaria b() departamento c() diretoria

d() superintendência e() não existe.

1.1 – caso a resposta seja sim, esse órgão tem participação das ongs e das comunidades na criação de programas e projetos de meio ambiente?

a () sim b () não

2 – existe conselho municipal de meio ambiente?

a() sim b () não

3 – os membros do conselho são escolhidos:

a() em assembléias de cada segmento da sociedade

b() aleatoriamente em cada segmento

c() indicação conforme afinidade política

d() escolhido pelo gestor municipal (prefeito)

4 – o conselho possui função:

a() deliberativa e propositiva

b() deliberativa e consultiva

c() consultiva e propositiva

d() propositiva, deliberativa, consultiva fiscalizadora

5 – as associações possuem representantes no conselho de meio ambiente?

a() sim b () não

6 – quando a prefeitura instituiu o plano diretor urbano do município e a **lei de política ambiental municipal do município de maragojipe**. Lei nº 10/2005,houve a participação popular ?

A() sim b () não

7 caso seja sim, a participação ocorreu através de :

A() audiências públicas abertas à população em geral.

B() audiências públicas com membros ou representantes das associações

C() através de conselhos

D() trabalhos isolados de consultoria

8 – o município mantém algum programa ou projeto de recuperação e conservação do meio ambiente em torno da baía do iguaçu?

a () sim b () não

9 – a prefeitura mantém algum programa de assistência social voltado para os pescadores e marisqueiras?

a () sim b () não

10 - o município desenvolve políticas públicas de conscientização da população sobre as questões relacionadas a degradação ambiental?

A () sim b () não

11 – o município dispõe de algum programa de crédito ou financiamento para aquisição de equipamentos e artefatos destinados ao extrativismo e beneficiamento dos produtos resultantes da pesca?

a () sim b () não

12 – o município dispõe de estudos e relatórios de impactos ambientais causados pela usina hidrelétrica de pedra do cavalo?

A () sim b () não

13 – o município possui alguma política pública de reparação ou compensação para as comunidades afetadas pelas atividades do estaleiro de são roque e pedra do cavalo?

A () sim b () não

14 – o município possui trabalho de acompanhamento e monitoramento das questões ambientais referentes a Usina de Pedra do Cavalo e o Estaleiro de são Roque do Paraguaçu?

A () sim b () não

15 – o município possui dispositivo legal que garante a participação popular na formulação e gestão das políticas públicas?

a () sim b () não

QUESTIONÁRIO**Comunidade:**

Qual a sua profissão:

Grau de escolaridade:

1 . Faz parte de algum movimento comunitário? A() sim b () não

1.1 que tipo? A() associação de pescadores b() colônia c() cooperativa,

D() sindicato,

2 – a implantação da usina de pedra do cavalo tem alguma influência na comunidade?

a () sim b () não

2.1– se sim, quais? _____

3– no período da implantação da uhepc, a comunidade teve participação?

A() sim b () não

3.1 se sim, de que forma aconteceu a participação _____

4– foi exposto para a comunidade as alterações que a uhepc causaria? A () sim b () não

5– houve alteração da rotina de trabalho na comunidade? a() sim b () não

5.1 - se sim, quais?

6 – houve alguma proposta de reparação ou compensação para as pessoas e comunidade afetadas pela operação da uhepc? a () sim b () não

6.1 se sim, quais?

7 – as propostas foram feitas através:

a() poder público (estado/prefeitura) b() da concessionária da uhepc (votorantim)

8– a usina de pedra do cavalo trouxe alterações ao meio ambiente? a () sim b () não

8.1 – se sim, quais?

9 – foi feita alguma proposta pela concessionária para recuperação do meio ambiente?

a() sim b() não

9.1 se sim, quais?

9.2 houve discussão com a comunidade (assembleias, audiência pública com os moradores ou seus representantes) na formulação das propostas? a() sim b () não

ROTEIRO ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA.

(ICM - Bio - INSTITUTO CHICO MENDES (RESEX - Baía do Iguape)

- 1 – Quando e com qual finalidade foi criada **resex marinha Baía do Iguape**? A comunidade foi ouvida?
- 3 - Qual a área de abrangência?
- 4 – Quais espécies de fauna e flora estão sobre proteção?
- 5 – Qual a importância da resex para as comunidades que habitam a área?
- 6- Qual a participação dessa instituição no monitoramento e acompanhamento no eia/rima da UHEPC?
- 7- Qual a participação dessa instituição no monitoramento e acompanhamento no eia/rima do estaleiro de São Roque?
- 8- As atividades da UHEPC e do Estaleiro de São Roque tem causado algum tipo de impacto para a resex marinha baía Iguape?
- 9 – Existe alguma proposta do ICM –Bio na criação de ação reparadora para beneficiar as populações que estão dentro da resex? Qual (is)?
- 10 - Qual a participação dessa instituição na formulação de políticas públicas municipais de meio ambiente nos municípios de sua atuação?

ROTEIRO ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA.

Associação dos pescadores, moradores e outras

Nome do representante _____ cargo

1 – qual a importância da associação para a comunidade?

2 – quantos sócios?

3- A usina hidrelétrica de pedra do cavalo provocou alguma alteração no regime do rio?

a() sim

b() não

3.1 quais? _____

4- A usina hidrelétrica de pedra do cavalo e estaleiro de são roque tem alguma influência na atividade pesqueira? a() sim

b() não

4.1 quais? _____

5 – No período da implantação da uhepc,e do estaleiro de são roque houve reuniões com a associação para apresentar os impactos sócioambientais? a() sim

b() não

6 – Foi feita alguma proposta pela concessionária ou sugestão de algum órgão público para recuperação do meio ambiente? a() sim

b() não

6.1 se sim, quais?

7 Houve discussão com a associação na formulação das propostas? a() sim

b() não

8 - Existe órgão municipal responsável pelas ações (políticas públicas) ambientais.

a() secretaria

b() departamento

c() diretoria

d() superintendência

e() não existe.

9 – Existe conselho municipal de meio ambiente? a() sim

b() não

10 – Os membros do conselho são escolhidos:

a() em assembleias de cada segmento da sociedade

b() aleatoriamente em cada segmento

c()

indicação conforme afetividade política

d() escolhido pelo gestor municipal (prefeito)

11 – O conselho possui função: a() deliberativa e propositiva

b() deliberativa e consultiva

c() consultiva e propositiva

d() propositiva, deliberativa, consultiva fiscalizadora

12 – A associação tem algum representante no conselho de meio ambiente?

a() sim

b() não

ANEXO A – Atas de Reuniões do Conselho Deliberativo da Resex

Ata da 4ª reunião do Conselho Deliberativo do ano de 2013 realizada no distrito do Pilar no município de S. Félix-Ba

No dia 19 de novembro de 2013, às 9: 35 h, o presidente do Conselho Sérgio Fernandes Freitas fez a abertura da reunião enfatizando a importância da participação de todos para o funcionamento do Conselho nessa nova fase da sua revitalização, além de apresentar os assuntos de pauta relacionados, os quais foram: Plano Diretor da Pesca - apresentação da Equipe do EEP; Proteção da RESEX; Revitalização do Conselho; Análise de solicitação de pesquisas; perfil de beneficiários; entrega dos mapas temáticos e informes gerais. Em seguida, procedeu-se a leitura da ata da reunião anterior que depois de algumas alterações foi aprovada por unanimidade. Da ata anterior, em que se propunha um ofício ao MPF discorrendo sobre os impactos da dragagem realizada pelo estaleiro, Andréia da CPP e Bartolomeu, representante da Boiada, não apresentaram o trabalho proposto, propondo apresentar o Ofício na próxima reunião do Conselho. Em seguida, Carol e a equipe do EEP, a convite de Sérgio, apresentaram o Plano Diretivo da Pesca em primeira versão para ser apreciado pelo Conselho; destacou que não entendeu a não inclusão do EEP no Conselho Deliberativo da RESEX, enquanto a Petrobrás, que não participa nunca de reuniões foi mantida; que recebe mensalmente cerca de 130 ofícios, em geral pedindo “alguma coisa” e que, por conta da quantidade de pedidos dirigidos ao EEP, foi criado um setor para atender/responder a esses ofícios. De qualquer forma, ela pede para não interromper o diálogo com a RESEX. Bartolomeu, representante da Boiada, enfatizou a importância do diálogo com o EEP. Tiago de São Francisco falou que o estaleiro nunca vai dar emprego para todo mundo e que o mar dá; o que assusta é o futuro das pessoas que não vão ter oportunidade de emprego. Após várias observações dos conselheiros, Sérgio sugeriu que o Conselho aprovasse os eixos centrais do Plano Diretivo de Pesca apresentado pelo estaleiro e delegar competência ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento para depurar o Plano. Sugeriu ainda que o Conselho criasse uma resolução e o Conselho destacou Siri do Mangue, Preto e Bartolomeu para elaborar a resolução, sendo que estes apresentaram a seguinte minuta: Resolução nº 06 de 19 de novembro de 2013: “Considerando a Licença de Instalação nº 737/2010, item 2.13, emitida pelo IBAMA e a Autorização para Licenciamento Ambiental nº 05/2010 do ICMBio, itens 2.1 e 2.2, resolve: Art. 1º - Aprovar os eixos centrais

do “Programa de Compensação da Atividade Pesqueira”, também intitulado “Plano Diretivo de Pesca da RESEX Baía do Iguape”, a ser executado nesta RESEX Baía do Iguape, como condicionante da respectiva licença, os quais são: Fortalecimento das organizações de base; Programa de fortalecimento de educação ambiental para o acordo de gestão da pesca; Projetos produtivos de pesca; Infraestrutura de apoio à pesca; Empreendedorismo local. Art. 2º - Autorizar o Grupo de Trabalho de Acompanhamento deste Programa a realizar o detalhamento das ações e atividades constantes nos respectivos eixos, buscando contemplar as demandas de todas as comunidades da RESEX; Art. 3º - Quaisquer alterações no Programa ou impasses existentes na execução do mesmo deverão ser submetidos a nova análise e aprovação por este Conselho; Art. 4º - Este Conselho poderá, a qualquer momento, por ação motivada, realizar alterações no Programa, considerando o caráter de flexibilidade que este deve conter”. Seguiu-se uma discussão sobre licenças de canoas, como a Marinha encara o problema. O sargento Osires, representante da Capitania dos Portos da Bahia, não deu uma posição definitiva sobre a obrigatoriedade disso. A partir do conhecimento do problema, o sargento Osires ficou de dar atenção às demandas da RESEX. Beto de Ponta de Souza indicou que deveríamos fazer um senso de canoas usadas na RESEX. Em seguida discutiu-se sobre várias irregularidades de pesca que ocorrem na RESEX: rede de malha fina, redinha para captura do siri, pesca com bomba, camboas, etc. Beto de Ponta de Souza se referiu a pesquisa do Prof. Franzé sobre a pesca do siri e suas conseqüências, o que poderá dar informações sobre como tratar desse problema na RESEX. Erivaldo, presidente da Colônia Z-52, argumentou que o pescador vai sentir muito a mudança de rede para a pesca do siri, acostumado que está com a rede tradicional. Sérgio falou que muitas das práticas de pesca no interior da RESEX são ilegais e o Grupo de Trabalho de Proteção da RESEX tem que se preocupar. Sérgio falou da estratégia de fiscalização em área da RESEX que vai contar com três fiscais do ICMBio e com a consolidação do Termo de Reciprocidade com a Prefeitura de Maragogipe que vai permitir a criação do Grupamento Ambiental; aquisição de mais uma lancha e uma viatura e duas estagiárias para apoio administrativo. Sobre aterramento de manguezal, disse que está buscando um entendimento com prefeitura e MPF para delimitar o problema. “O passivo não dá mais para recuperar, mas novos aterramentos não podemos aceitar”. Sérgio projetou em slides os principais problemas/ilícitos e o enquadramento dos mesmos na legislação ambiental. Dando prosseguimento à pauta, tratou-se sobre a revitalização do Conselho com a leitura do relatório da Oficina do Grupo de Trabalho de Revitalização do Conselho ocorrida em 19 de junho de 2013. Sérgio lembrou que das novas representações analisadas e aceitas pelo

*Conselho, a UFBA, o Incra e a Associação do Cajá ainda não responderam se querem participar do mesmo. O MPF de Feira de Santana, alegando excesso de trabalho declinou do convite do Conselho, ficando o MPE com a titularidade da cadeira. Depois das decisões do Conselho, o total de representações somam 38 cadeiras, sendo 23 de organizações extrativistas e 15 de não extrativistas. Dando prosseguimento à pauta foi apresentada, para apreciação do Conselho, a pesquisa *Inclusão Social de Famílias Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape (baía) Pela Melhoria do Processo Produtivo de Ostras* da pesquisadora Isabella de Matos Mendes da Silva que foi aprovada com as condicionantes definidas pelo Conselho quais sejam: apresentar a pesquisa ao Conselho da RESEX antes de iniciar os trabalhos; apresentar os resultados finais ao Conselho e ao ICMBio; comunicar e obter autorização da comunidade local e suas organizações antes dos trabalhos nas comunidades, capacitando a comunidade sobre o tema abordado na pesquisa. Sérgio, a título de informe, falou que a Secretaria do Patrimônio da União está fazendo um trabalho para delimitar a área média de preamar(área de marinha) para ser doada à RESEX. Seguindo a pauta foram apresentados e distribuídos, para as representações do Conselho, os mapas temáticos. Ao interpelar Sérgio depois deste argumentar que as denúncias deveriam ser feitas no escritório da RESEX ou por telefone e não durante reunião do Conselho, Edson Falcão, representante de Santiago, disse que trazia denúncias para a reunião para que todos soubessem o que está acontecendo na RESEX. Beto, de Ponta de Souza, falou que depois que colocaram um muro de contenção no Cajá, não houve mais aterramentos nem lixo na quantidade como vinha acontecendo; que a RESEX precisa fazer levantamento fundiário. Seguiram-se vários relatos de aterramentos de manguezal. Sérgio falou que vai pactuar com a Prefeitura no sentido de evitar ocupações irregulares e que o GT de Proteção tem que atuar mais. Sobre a retirada de areia do rio pelos beneficiários, houve discussão contra e a favor. O perfil dos beneficiários foi outro tema de pauta discutido com Sérgio dizendo que o cadastramento do ICMBio não houve e nem vai haver; a Universidade Federal de Viçosa está realizando uma análise a partir do cadastramento feito pelo estaleiro para definir o perfil dos beneficiários; o resultado será discutido em oficinas comunitárias com o CNPT; as oficinas serão realizadas entre janeiro e fevereiro de 2014; o Grupo de Acompanhamento do Cadastramento irá tirar uma proposta que será apresentada ao Conselho; em abril ou maio de 2014 espera-se que o perfil dos beneficiários estará definido com a aprovação do Conselho. Sem nada mais a ser tratado, Sérgio deu por encerrada a reunião, cuja ata, eu, Helio Porto, lavrei.*

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA
RESEX BAÍA DE IGUAPE, DIA 13 DE JANEIRO DE 2010.**

No dia 13 de janeiro de 2010, às 9:00 hs, na Casa de Cultura de Maragojipe, cidade de Maragojipe, BA, estiveram reunidos representantes do ICMBio/RESEX Baía de Iguape, da Prefeitura de Maragojipe, do Governo do Estado, da BMA Consultoria Ambiental, da OAS Construtora, e os representantes do Conselho Deliberativo da RESEX. Rodolpho, Analista Ambiental do ICMBio, Chefe Substituto da RESEX Baía de Iguape abre a reunião, informando que a reunião extraordinária foi solicitada pela Prefeitura de Maragojipe e pelo Governo do Estado, com o objetivo de assistir e debater a apresentação dos representantes dos consórcio interessado na execução do Estaleiro Naval do Paraguaçu. Marcos, representante da CPP, solicita a verificação do quorum de Conselheiros antes que se inicie a reunião. É feita então uma rápida apresentação dos presentes, observando Conselheiros representando Nagé, UFRB, Votorantim, Prefeitura, Santiago de Iguape, São Francisco, CPP, Angolá, Dendê, e Colônia Z-7. Marcos ressalta que menos de um terço dos Conselheiros estariam presentes, por conta de a reunião ter sido convocada às pressas, em horário de maré ruim, e pede que se registre em Ata seu protesto quanto ao curto tempo desde a convocação e ao horário da mesma. Rodolpho ressalta que a reunião não tem caráter decisório ou deliberativo, mas trata-se apenas de uma pré-apresentação do que será exposto na Audiência Pública do dia 18/01/2010, e os Conselheiros tem a oportunidade de assistir a essa apresentação antes e tirar suas dúvidas. Roque, Conselheiro representante da Prefeitura de Maragojipe, observa que a reunião foi convocada dentro do prazo de 07 dias de antecedência necessários, e que os Conselheiros de Enseada e São Roque estão a caminho. Anselmo também reclama do curto prazo de convocação. Chegam os Conselheiros de Enseada e São Roque. É passada a palavra ao Prefeito Silvio. O Prefeito diz que a pré-apresentação do estudo já havia sido acordada em reuniões anteriores, com o intuito de informar a comunidade dos aspectos técnicos do projeto. Floro, representante do Governo do Estado, e Pablo, da BMA, se apresentam. Marcos pede a palavra novamente para alegar que a reunião está prejudicada pela falta de quórum e que a vinda dos pescadores deve ser custeada. O Prefeito Silvio e Marcos entram em discussão, e Rodolpho pede respeito aos demais presentes. Rodolpho esclarece que já na Reunião Ordinária de 16 de outubro já havia sido solicitada esta apresentação, mas que à época argumentou-se que sem acesso ao EIA/RIMA esta não deveria ser feita, tendo ficado acordado então que assim que se tivesse acesso ao EIA/RIMA se faria a apresentação dos estudos ao Conselho. Rodolpho lembra ainda que apenas os Conselheiros que representam a RPPN da Peninha e a ONG CECVI não puderam ser encontrados. Rodolpho passa então a palavra a Pablo, da BMA, para fazer a apresentação. Como a reunião está sendo registrada em vídeo, não será transcrito o conteúdo da apresentação. Terminada a apresentação, Rodolpho abre a inscrição para perguntas. Ninguém se inscreve a princípio, e o próprio Rodolpho inicia as perguntas questionando a caracterização das áreas de influência direta marítima e sócio-econômica do empreendimento. A área de influência direta marítima vai apenas até o limite da RESEX, sendo que um poluente como o óleo seria levado pela maré para dentro da RESEX. A área de influência sócio-econômica não abrange o município de Cachoeira, que tem duas grandes comunidades pesqueiras (Santiago e São Francisco) próximas ao empreendimento. Pablo responde que segundo o Termo de Referência proposto pelo IBAMA solicita a realização de modelagem da pluma de sedimentos da dragagem e das alterações hidrodinâmicas provocadas pelo empreendimento, que teriam sido utilizadas como referência para determinar a área de influência marítima da obra. Pablo diz ainda que as comunidades de São Francisco e Santiago foram consideradas quando se fez a avaliação das comunidades quilombolas. Edson Falcão, de Santiago de Iguape, relata que outros empreendimentos, como a



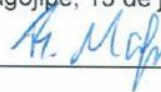
Votorantim, no passado já prometeram gerar empregos sem causar impactos ambientais, mas o que se tem hoje é uma pesca muito mais fraca do que era antes. Ele questiona se a maré enchente não vai levar para Santiago produtos químicos vindos do empreendimento. Comenta ainda a ausência do Prefeito de Cachoeira das reuniões do Conselho da RESEX. A Professora Rosimar pergunta quais são os profissionais que participaram da elaboração do EIA/RIMA. Joilson "Siri de Mangue" defende o modo como vem sendo proposto o projeto pelo Governo do Estado, afirmando que tem sido um processo com a participação das comunidades e dos órgãos ambientais. Defende que seja colocado dentre as condicionantes da licença a realização de cursos capacitação voltados para os pescadores. Diz que o rio não suporta mais a quantidade de pessoas tirando o sustento do mangue. Pablo retoma para responder às questões, e diz que não se espera nenhum impacto ambiental em Santiago de Iguape. Diz que todo efluente gerado pelo Estaleiro será tratado antes de ser lançado no ambiente. Afirma que o risco de vazamento de óleo é muito pequeno, e que existem medidas de controle, como barreiras de contenção, veto ao abastecimento de navios no Estaleiro, e o Plano de Emergência Individual, que prevê as medidas de contenção no caso de um vazamento de óleo. Ele apresenta então a equipe técnica que realizou o EIA/RIMA. Novo bloco de pergunta, Carlinhos do Angolá pergunta sobre os produtos químicos que podem vazar do Estaleiro, quais são as doenças que eles podem causar às comunidades locais. Marcos comenta que o desenvolvimento deve ser sustentável, e que as pastorais sociais são contra a realização do empreendimento, porque atende apenas ao interesse das empreiteiras, e que poderiam ser desenvolvidos outros tipos de indústrias "limpas". Diz que o empreendimento traz grande impacto ao meio ambiente, sendo três principais impactos; o primeiro a derrubada do manguezal, o segundo a dragagem, o terceiro o aterro hidráulico. Apresenta uma compilação de dados feita pela Comissão de Meio Ambiente do Movimento dos Pescadores, transformando os dados de desmatamento de mangue, de 12,98 hectares, para 13 estádios de futebol profissional, e que o material terá de ser transportado para Santo Antônio de Jesus, em 43 mil viagens de caçamba. 1,3 milhões de metros cúbicos de dragagem equivalem a 545 viagens da draga, cada uma equivalente a 200 caçambas de material. O trabalho levaria 6 meses se fossem realizadas 3 viagens da draga por dia. Questiona como ficariam os pescadores nesse período. Sobre o aterro hidráulico, seriam lançados 66 mil caçambas de aterro dentro da maré. Afirma que se esse dano fosse provocado em uma situação em que a pesca estivesse boa seria uma coisa, mas como a pesca já se encontra em estado crítico, por causa dos danos provocados pela UHE da Votorantim. Diz que se o Estaleiro fosse absorver toda a mão de obra da pescaria poderia até valer a pena, mas não há trabalho para todo mundo. Alerta sobre a necessidade de realização de dragagens de manutenção. Diz que no estudo não é colocada impossibilidade de floração de algas, e que como o estuário já é rico em ferro dissolvido, um aporte ainda maior de ferro dissolvido pode servir como elemento desencadeador da "maré vermelha". Fala sobre o trânsito de 3 navios de grande porte por mês, e diz que o estudo trata da água de lastro mas não trata do problema do bio-incrustação. Fala do ruído provocado pelos rebocadores e do acidente de derramamento de óleo ocorrido em São Francisco do Conde. Fala que não existe incentivo do governo para a indústria local, como a piaçava e as casas de farinha, pesca artesanal. Fala que o empreendimento atende interesse da OAS, que visa o fundo da Marinha Mercante, de quase 1 bilhão de reais. A Plenária pede que Marcos conclua sua fala em respeito ao tempo dos demais presentes. Roque pede a palavra e diz que tem de ser respeitado o tempo de todos os presentes, e que Marcos não deveria mais se inscrever. Rodolpho diz que não restringirá a inscrição de ninguém, mas pede que as falas se atenham no momento a perguntas, e não a pronunciamentos. O Prefeito Silvio pede que se evitem ataques pessoais. Comenta a presença de representante da prefeitura de São Félix. Pablo retoma a responder as perguntas. Sobre os produtos químicos e os problemas à saúde das

peessoas, ele diz que os principais produtos químicos utilizados são tintas e solventes, e que o trabalho com estes materiais se dariam em uma área impermeabilizada, ficando a maior preocupação com a saúde do trabalhador do Estaleiro. Os resíduos gerados seriam destinados a aterros especialmente qualificados para tal, chamados Aterros Classe I. Sobre a dragagem, Pablo reconhece que se trata de um grande volume de material a ser retirado. Explica que o material dragado será depositado em uma área 7 quilômetros de Salvador mar afora, que possui 700 metros de profundidade e determinada pela Marinha para deposição dos materiais de dragagem dos portos e terminais locais. Explica que quando a draga atinge o fundo da área de dragagem sobe uma "nuvem" de lama em suspensão, e que foi feita uma modelagem matemática para prever a área de expansão desta "pluma" de material suspenso, e que esta não se afastaria muito do local de instalação do empreendimento. Sobre o aterro hidráulico, ele comenta o exemplo de outros aterros, como o canteiro de São Roque, da Bahia Marina, explicando que se trata realmente de um impacto significativo, mas que se justificaria por conta da geração de empregos. Sobre o ferro dissolvido e a "maré vermelha", ele explica que o ferro age como desencadeador da "maré vermelha" em áreas oceânicas distantes da costa, ricas em nutrientes mas onde o teor de ferro é muito reduzido, e que os teores de ferro naturais no Paraguaçu já são 600 vezes maiores que em regiões oceânicas onde ocorre a "maré vermelha". Conclui que o ferro no ambiente do estuário do Paraguaçu não atua como fator desencadeador da "maré vermelha". Ele explica que dificilmente o ferro foi o fator causador da mortandade de peixes em 2007. Ele diz ainda que ao contrário do que tem sido falado não ocorreram florações de "maré vermelha" durante os estudos do EIA/RIMA; o que ocorreu é que foram detectados espécies de dinoflagelados que tem o potencial de formar florações. Explica que "floração" é quando uma ou duas espécies de algas se multiplicam em uma quantidade enorme, e tiram o oxigênio da água, ou intoxicam a água. Comenta que a espécie de alga que provocou a "maré vermelha" de 2007 não foi registrada no estudo. Diz que outro problema é o efeito do tráfego de embarcações sobre os botos, que são avistados freqüentemente em frente ao canteiro de São Roque. Rodolpho avisa que quem teve despesas com transporte deve dirigir-se a Roque da Prefeitura, que fará o reembolso das despesas. Rodolpho comenta que a possibilidade de ocorrência de "maré vermelha" foi identificada no próprio EIA/RIMA. Rodolpho comenta que os objetivos de uma Reserva Extrativista são a preservação do meio ambiente associada com a garantia da sustentabilidade das comunidades pesqueiras da região, e questiona que o empreendimento pode vir a gerar muitos empregos, mas que não poderá absorver 100% da mão-de-obra da pesca, em quem não pudesse ou não quisesse ser empregado seria apenas prejudicado, pois não teria benefício com o empreendimento e este afetaria sua área de pesca. Ressalta que a preocupação em relação a determinação da área de influência do estudo é porque no EIA/RIMA diz que só haverão programas de compensação pesqueira na área de influência direta do Estaleiro. Se for considerada apenas a área de influência direta marítima, esta não abrange os pescadores da RESEX. Se for considerada a área de influência direta sócio-econômica, ainda sim ficam de fora as comunidades do município de Cachoeira, como São Francisco e Santiago. Sobre a capacitação de mão-de-obra local, Rodolpho questiona que EIA/RIMA cita a "intenção" de capacitação de mão-de-obra local, e da "preferência" de contratação para a população de Maragojipe e da região de influência, ou seja, está apenas colocado como uma "boa vontade" do empreendedor, sem assumir compromissos quantitativos, como: quantas pessoas serão capacitadas, qual será o grau de instrução exigido? Segundo ele, no futuro a comunidade não teria mecanismos para cobrar o empreendedor caso não fossem gerados os empregos prometidos. Surge um questionamento sobre um pescador que quer falar, mas que não é Conselheiro da RESEX. Rodolpho coloca esta questão à Plenária, que concorda com o pronunciamento do pescador, mas que já existem mais sete inscrições realizadas, e pergunta se deve ser colocado um limite de

inscrições. Fica decidido fazer apenas mais duas inscrições. Lenira reitera o que já havia dito em reuniões anteriores, sem explicar o que era. Leide, de São Roque, diz que está contente com a ida do Estaleiro para São Roque, porque tem familiares que estão trabalhando fora porque não tem trabalho em São Roque e não tem condições de todos viverem apenas da pesca. Pablo pede para Rodolpho refazer sua pergunta. Rodolpho coloca novamente que os programas de melhoria da pesca podem ser muito bons, mas que se for considerado apenas área de influência direta marítima, a maioria dos pescadores não será abrangida e não terá como cobrar isso do empreendedor; e quais seriam as garantias de empregabilidade da mão-de-obra local. Pablo passa a palavra para Bruno, representante da OAS, responder. Bruno afirma que considera que tem de estar abrangidos nos programas de compensação de pesca a serem desenvolvidos todas as comunidades do entorno da Baía de Iguape, e que isto deve ser inserido como condicionante do empreendimento, e que as comunidades de São Francisco e Santiago devem ser beneficiadas por tais programas. Como Bruno já estava inscrito, ele continua dizendo que o empreendimento é um consórcio formado por OAS, Odrebecht e UTC Engenharia. Sobre a derrubada de manguezal, Bruno afirma que não é uma área de manguezal significativa, por ter apenas 900 metros de extensão, sendo apenas 2-3% da área de manguezal preservada. Ele afirma ainda que as atividades de pintura no Estaleiro, que são as atividades que utilizam produtos químicos, são realizadas em cabines fechadas, reduzindo inclusive a possibilidade de contaminação dos trabalhadores. Diz que atividades de educação são contrapartida do Estado, e que não estão relacionadas com a atividade-fim do empreendimento, mas que a capacitação de mão-de-obra está ligada ao empreendimento, e diz que será feito um trabalho de capacitação de mão-de-obra em todas as comunidades do entorno. Diz que está previsto no EIA/RIMA que nenhuma comunidade terá um crescimento maior que 15% de sua população original. A seguir, Roque questiona se os Conselheiros presentes estão de fato levando a voz de suas comunidades ou apenas a opinião de gente de fora. Ele pergunta onde será feito o reflorestamento para compensar a área de mangue desmatado. Fala ainda sobre a importância dos empregos indiretos. Marcos retoma a palavra e pergunta sobre quem é o empreendedor de fato, a OAS ou o Governo do Estado, e pergunta quanto custou o EIA/RIMA. Pablo diz que custou um milhão e meio de reais. Marcos pergunta quem pagou. Pablo diz que foi o consórcio de empresas, que no EIA/RIMA seria apontado como empreendedor em parceria com o Governo do Estado. Marcos contesta, dizendo que não há clareza no EIA/RIMA sobre quem é o empreendedor, quem é o consórcio, ou sobre quem pagou o EIA/RIMA. A seguir Antônio "Popó", que diz que sempre viveu da pesca, mas quer uma oportunidade melhor para seus filhos e netos, e canta uma música de sua autoria. Marizélia relata o que a comunidade de pescadores da região de Ilha de Maré, Madre de Deus e Candeias vivem. Ela diz que nestes locais os empreendimentos chegaram com as mesmas promessas de emprego, mas o que se vive hoje é uma realidade de contaminação por cádmio, chumbo e mercúrio, por vazamentos nos portos de Aratu e Madre de Deus. Diz que em Ilha de Maré a população é de quase 8 mil pessoas, e que menos de 100 são empregados no Porto de Aratu. Adelmo, último inscrito, diz que a maioria dos pescadores não concluiu o segundo grau, então como teriam vaga para trabalhar no estaleiro. Ele pede que tenha no PROIMP ou outros cursos de capacitação um critério de inscrição para quem tem carteira profissional de pescador da SEAP, diz que sua comunidade apóia o empreendimento desde que tenha esse critério. Roque comenta que participaram da reunião 18 Conselheiros da RESEX. Rodolpho passa a palavra para Pablo para que faça suas considerações finais. Pablo diz que em relação as medidas de compensação pelo desmatamento do mangue, são duas formas de compensação, a criação de uma reserva privada - RPPN, em local ainda a ser estudado, com o dobro da área a ser desmatada, e o programa de recuperação de nascentes. Fala sobre o programa de valorização da produção local. Sobre Ilha de Maré e Madre de Deus, fala que o problema

nesses locais é muito sério, por conta do carregamento de minério de chumbo e cobre, onde o minério é puxado por uma draga, e então passa por uma esteira sem proteção até o navio, gerando muita poeira, que é levada pelo vento contaminando a água, os sedimentos e os organismos na área. Diz que o Porto de Aratu tem quarenta anos, quando não existiam mecanismos de controle social e ambiental destas obras. Floro, do Governo do Estado, toma a palavra, diz que o empreendimento sofreu alterações em seu formato original por conta dos trabalhos realizados com a comunidade. Marcos pergunta novamente quem está pagando o EIA/RIMA. Floro diz que a SUDIC encomendou o EIA/RIMA, e que durante o processo três empresas se interessaram, e que então o Governador trabalhou no sentido de agregá-las. Diz que existe uma pauta de 75% dos empregos gerados pelo Estaleiro venham a beneficiar a comunidade local. Marcos questiona novamente sobre quem está pagando o EIA/RIMA. Floro diz que é o Estado, o consórcio de empresas e a Petrobrás. O Prefeito Silvio retoma a palavra para suas considerações finais. Fala sobre a importância em se amarrar nas condicionantes a garantia de empregabilidade de 70% da comunidade local. Diz que na época da reativação do canteiro de obras da Petrobrás foram gerados 4.300 empregos diretos, mas apenas 889 para Maragogipe. A desculpa era a falta de qualificação da mão-de-obra. Cita os dados do IBGE em que 86% da população local está no mercado informal. Diz que o pescador deve ter opção de continuar sendo pescador ou ir para outra atividade. O Prefeito e Marcos entram em discussão novamente. O Prefeito agradece a presença de todos. Rodolpho encerra lembrando que na segunda-feira dia 18 será a Audiência Pública, às 18:30, na Associação Atlética Maragogipana. Eu, Rodolpho Antunes Mafei, Analista Ambiental do ICMBio/RESEX Baía de Iguape, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata.

Maragogipe, 13 de janeiro de 2010.



ANEXO B – Ata de Audiência Pública dos MPs Estadual e Federal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA
OFÍCIO DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Procedimento Administrativo número 1.14.000.000128/2003-83 (MPF/BA)

Inquérito Civil 288.0.40465/2008 (MP/BA)

ATA de AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio do Procurador da República e das Promotoras de Justiça signatárias, no exercício de suas atribuições institucionais, promoveram a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 11 de dezembro de 2008, das 09 às 13h30min, na cidade de Maragogipe-BA, para ***“avaliação e discussão sobre possíveis medidas a serem adotadas em relação à usina hidrelétrica Pedra do Cavalo, e, principalmente, situação atual no entender das comunidades locais”***.

I. A Audiência Pública foi aberta pela Dra. Ana Vitória Gouveia (Coordenadora em Exercício do Núcleo de Defesa do Rio Paraguaçu - NURP), que indicou os objetivos desta audiência, brevemente, e apresentou a Promotora de Justiça ADRIANA IMBASSAHY (Coordenadora do Núcleo de Defesa da Baía de Todos os Santos - NBTS) passando a palavra para o Procurador da República, RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA, que saudou a presença de todos e todas, explicou sobre sua atuação como membro do Ministério Público Federal (MPF), bem como ressaltou a atuação conjunta com o Ministério Público do Estado da Bahia e MPF. A seguir, o Procurador da República passou a explicar os objetivos e a sistemática da Audiência Pública, quais sejam: a)

apresentação de relatos sobre problemáticas relacionadas às atividades da Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo e seus impactos nas comunidades locais e na Resex do Iguape, oportunidade em que se manifestarão, **cada qual por 05 (cinco) minutos: 01)** O representante da RESEX/IGUAPE/ICMBIO e do DIUSP/ICMBIO-DF; **02)** O representante do IBAMA/BA; e **03)** Os representantes da comunidade local; **b)** exposição e explicação dos órgãos públicos, e do empreendedor, a respeito dos problemas relatados, **cada qual por 05 (cinco) minutos: 01)** Representante do IMA; **02)** Representante do INGÁ; e **03)** Representante da CERB; **04)** Representante da Embasa; **05)** Representante do empreendedor (Grupo Votorantin); **c)** ouvir a população, seus reclames, relatos e reivindicações, **cujo tempo integral será de até 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos**, a ser dividido igualmente pelo número de representantes escolhidos pela comunidade (em listagem específica elaborada, pela população, nos momentos iniciais da Audiência Pública); **c.1)** após as manifestações da população, os órgãos públicos responderão às perguntas em um tempo integral de até **01 (uma) hora**, a ser dividido de modo proporcional à quantidade e complexidade das perguntas, **sendo que cada qual terá assegurado ao menos 05 (cinco) minutos para considerações finais**; e, enfim, **d)** expor a todos e todas as medidas já adotadas e a serem efetivadas pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado da Bahia, bem como registrar eventuais ajustes pactuados entre os órgãos públicos durante a presente Audiência Pública. Em seguida foi passada a palavra para o Prefeito Municipal, que ressaltou a importância desta audiência pública, informando que os debates estão ocorrendo há muito tempo e que, agora, é o momento de se reparar os danos ambientais, especialmente ante a legislação ambiental atual e que aguarda que decisões sejam tomadas para minimizar os problemas.

II. Uma vez realizadas as considerações e explicações iniciais, deu-se início aos relatos, debates, questionamentos e esclarecimentos (cujo teor integral foi registrado em áudio e vídeo e, em CD ROOM, passa a integrar esta Ata de Audiência Pública), comprometendo-se o GRUPO VOTORANTIM em fornecer cópia da mídia ao MPF, registrando-se os principais pontos/perguntas tratados, a saber:

1. Exposições e relatos iniciais dos órgãos/entidades:

a) Exposição/relato da Conselheira da RESEX: os mariscos estão desaparecendo, relatando que os pescadores e moradores não foram questionados quando da implantação da Barragem e da UHE; a cada dia, as coisas ficam mais graves e é clara a mudança no âmbito da natureza; os siris desapareceram; hoje não se encontram mariscos, dificultando a vida dos pescadores e moradores que vivem desta cultura,

relatando que são inúmeras as dificuldades que a comunidade vem enfrentando; relata os inúmeros mariscos e peixes que são encontrados mortos, o que não ocorria anteriormente; aguarda que algo seja feita, vez que a população carente é quem vem sofrendo, perguntando como todos irão viver; relata que o GRUPO VOTORANTIM nada está fazendo pelo povo, com o fim da pescaria e outros danos, apesar de alguns "companheiros" afirmarem que a VOTORANTIM teria construído escola etc.; que no seu entender a VOTORANTIM é devedora e muito do povo; no dia 09/12 as comportas estavam abertas e liberando água com muita sujeira e isso foi visto por muitos; ressalta que irá sempre defender os pescadores;

b) Exposição/relato do representante do DIUSP/ICMBIO-DF: busca que a legislação, especialmente federal, seja observada; estão aqui para ouvir a comunidade e apresentar apoio da instituição;

c) Exposição/relato do IBAMA/BA: iniciou agradecendo o convite e procurará ajudar nos debates; ressalta a atuação dos pescadores na luta pela pesca sustentável e pela criação da RESEX; quanto ao empreendimento da Usina relata a existência de impactos, tendo havido inclusive anuência pelo anterior representante do IBAMA, mas onde existiram inúmeras condicionantes, mas que não foram cumpridas, relatando falhas do órgão licenciador – atual IMA; por conta disso, informou que as condicionantes não estavam sendo cumpridas, com informações prestadas ao MP; mesmo com a criação do ICMBio, o IBAMA reafirma a parceria, pois são responsáveis pela fiscalização na região;

d) Exposição/relato do IMA: o IMA não se furtará a dialogar com a comunidade e estão entrando no processo de renovação da licença, mas sempre dialogando e ouvindo a comunidade, inclusive é o objetivo hoje; é um empreendimento que envolve inúmeros órgãos, tais como ICMBio, CERB, INGÁ, dentre outros, informando o IMA que irá buscar diálogo com todos os órgãos para o processo de renovação da licença;

e) Exposição/relato do INGÁ: o papel hoje é continuar o processo de ouvir a comunidade, possuindo o INGÁ responsabilidade no processo de outorga;

f) Exposição/relato da VOTORANTIM: relatou que há várias instituições envolvidas, operando a VOTORANTIM com o aval e orientação de todas estas instituições, deixando-se à disposição de todos para fornecer quaisquer informações, inclusive de caráter técnico, vez que toda a equipe encontra-se presente.

CHICO MENDES: o estuário possui duas interferências diretas (rio e chuva), dentre outras. É preciso monitoramento sistemático e contínuo, sugerindo a atenção da RESOLUÇÃO CONAMA 357, ressaltando a necessidade de um estudo hidrológico e de um planejamento coerente e de longo prazo de modo multisetorial; relata a imprescindibilidade de um sistema de verificação da qualidade ambiental para atender aos objetos da RESEX e que todos sejam atendidos e observado o regime de co-participação de todos, especialmente comunidade;

6) Adriana (professora): relata vir fazendo trabalho participativo com a comunidade desde 2005, especialmente, no seu caso, analisando as estatísticas; que foi contratada, mas não relatou por quem ou qual órgão. O estudo não se limita à questão da vazão, mas houve a preocupação de diagnosticar a região e seus problemas. Que inúmeros dados estão sendo coletados desde 2006, relatando que há flutuações no pescado; que tem marcado pontos onde há aumento de siri; quanto à avaliação da pesca como um todo, requer seja considerada uma série questão, como a pesca predatória e a situação da sobrepesca. Relata a necessidade de participação da comunidade na gestão do problema.

7) José Augusto – conselheiro da RESEX e representante da comunidade de Coqueiros: a comunidade de Coqueiros vivia da pititinga e depois da barragem começou a faltar este peixe no rio; hoje, quem consegue pescar 10Kg por mês ainda tem que agradecer e se assim continuar somente restará "morrerem de fome", qual a explicação?

César – Biólogo do IMA: que programas de monitoramento têm sido feitos de acordo com a Legislação desde 2005 e, salvo engano, de lá para cá já foram realizadas 04 grandes campanhas amostrais e que a comunidade é cientificada dos dados; relata que a comunidade será ouvida exaustivamente e que oficinas nas comunidades serão feitas no âmbito da renovação da licença; se há uma baixa de três meses na atividade pesqueira, como narrado pela comunidade, o IMA deverá monitorar e acionar até a VOTORANTIM para investigar e realizar estudo complementar e que deverá o IMA inclusive logo após esta audiência deverá notificar todos para as devidas investigações, sugerindo inclusive a PEDRO que já na próxima semana venham *in loco* verificar tal situação junto às comunidades atingidas, convidando a VOTORANTIM. Deve ser feito um programa de manejo dentro da Bacia para próxima renovação. Relata ainda que é a própria lei que determina que os estudos sejam feitos pelo empreendedor. Que o que a

IBAMA: relata que explicação técnica existe para tudo, mas o problema reside nos ajustes a serem feitos no licenciamento; há necessidade de compensação, estipulada por lei, mas o órgão licenciador deve observar esta situação inclusive quanto à renovação, onde poderá ser discutida a questão do fundo mencionado pelo Prefeito; há necessidade de estudar esta forma e percentual de compensação durante a renovação;

IMA: relata que o IMA está trabalhando a renovação e que as questões postas serão avaliadas, incorporando na nova licença os reclamos da comunidade, após regulares estudos e empreendedores (VOTORANTIM e EMBASA); que serão analisados no novo licenciamento as perdas da comunidade;

SIOMARA (CHICO MENDES): as medidas compensatórias devem ser observadas para os pescadores, não apenas a compensação legal mitigadora.

ICMBio: relata que não houve prévio estudo ambiental; 0,5% de compensação sobre o empreendimento e foi julgado inconstitucional, pois o percentual deve incidir sobre o impacto ambiental, relata que entende a sugestão do Prefeito interessante e que é importante a criação de um fundo, é importante que alguém defina o impacto e quem polui paga;

4) José Roberto: a comunidade do Iguape sofreu impacto ambiental há 30 anos com a construção da barragem e nos últimos 30 anos a natureza vinha se adaptando à interferência humana, mas de 2004 para cá as espécies começaram a desaparecer, v.g., a pititinga antes farta, hoje quando aparece, não dá para o sustento sequer da família. Quem seria responsável pela extinção das espécies e pelo retorno da natureza ao seu estado anterior;

5) Outro representante da comunidade: de quem é a responsabilidade finalmente, vez que até agora não houve resposta? Não se há sequer dados ou levantamento das famílias, mas há muita gente que sobrevive do estuário e ocorrem problemas gravíssimos por conta da desestabilização no estuário, havendo crianças passando fome. Finalmente, quem é o responsável. Sabe-se que a barragem trouxe sérios problemas, mas depois do funcionamento da USINA, o impacto ambiental foi largamente aprofundado. Afirma a necessidade de se atentar a uma vazão ideal de modo a não prejudicar o estuário. A barragem se presta a múltiplos usos, mas o uso da pesca não vem sendo contabilizado como uso importante, devendo tal tipo de uso seja atentado no processo de licença dentre os múltiplos usos. Talvez este momento – audiência pública - tenha sido o único em que os pescadores realmente estão sendo ouvidos;

comunidade fala deve ser levado em conta, mas há também o saber técnico que não deve ser desconsiderado.

8) Crispiniana: não há mais peixes, os mariscos estão acabando, como fica a questão das despesas para a sobrevivência, vez que cestas básicas não são suficientes?

9) Lenira Calheiros: relata ser mentira os relatos de ADRIANA, pois se for no mangue a mesma irá ver a situação das marisqueiras e que se a mesma for no local verá que não se encontra siri, nem mariscos e que é muito bom "falar bonito", mas só quem sofre é quem sabe a realidade. O mesmo foi dito pela conselheira da RESEX integrante da Mesa, dizendo não saber ADRIANA o que é mariscar, questionando novamente o que será feito em prol dos pescadores. E que os moradores não se servem da energia gerada pela Usina de Pedra do Cavallo.

Após os inúmeros debates, foi novamente aberta a palavra para os órgãos e Empresas integrantes desta Mesa, questionando-se de plano à VOTORANTIM e EMBASA se há alguma proposta sobre os reclamos da comunidade.

EMBASA: foi relatado que a EMBASA não mais operada a BARRAGEM, hoje de responsabilidade da CERB. A barragem hoje praticamente opera para controle das cheias, operando sempre entre 113 a 124m3/s; a EMBASA, hoje, paga pela água retirada do manancial;

IMA: relata que não há como tratar do passado e que hoje reafirma que no processo de renovação da licença a comunidade será ouvida e analisar como incorporar as solicitações;

VOTORANTIM: a audiência demonstrou que o problema não é exclusivo da Usina e que a Empresa nunca se furtou em colaborar; quanto à proposta, informa que a VOTORANTIM tem feito ação social na região, propondo que dentro deste processo de renovação seja discutida a possibilidade de se buscar uma solução conjunta, não sendo justo que apenas uma "pessoa" pague a conta, já que há vários órgãos e entidades envolvidos. Nesta ato, a VOTORANTIM firma o compromisso de, no processo de renovação, participar ativamente das discussões e definir o papel da Empresa neste processo, relatando que há ações praticadas pela Empresa, ainda que nem todos estejam sendo beneficiados e que se houver necessidade nova apresentação dos projetos poderão ser feitas junto ao Conselho da RESEX.

ICMBio – FABIO FABIANO: estamos aguardando a solicitação do IMA para a autorização do Instituto quanto à renovação da licença de operação da Usina, vez que não mais é responsabilidade do IBAMA, aguardando que se restaurem os erros do passado. De fato é o empreendedor que apresenta os estudos, mas há possibilidade de contra-prova. Não se pode tomar decisões técnicas, sem projeto a ser analisado, colocando-se à disposição para receber todos.

INGÁ: realçou a importância deste momento, especialmente no sentido de ser ouvida a comunidade. Há que ser levado em conta dois momentos: o impacto que já ocorreu e a atual situação, havendo necessidade das devidas responsabilizações independentemente dos fatos serem passado ou presente. Hoje estão discutindo o projeto IGUAPE SUSTENTÁVEL. O INGÁ também passou este ano a fazer o monitoramento dos recursos hídricos, sendo outra ação de relevo alusiva aos resultados do programa MONITORA que estão disponíveis a todos, inclusive no site do INGÁ.

IBAMA há uma grande preocupação da pesca com bomba e relata reunião recente com o Comando da Polícia Militar, visando fortalecer a parceria com o IBAMA. A questão da sobrepesca há que ser discutido e que o IMA passe os resultados das estatísticas pesqueiras para o IBAMA, vez que são dados importantes para a atuação do IBAMA.

Márcio Pimentel – técnico da CEMA, gestor da APA PEDRA DO CAVALO: a APA é composta por 64 comunidades ribeirinhas, não havendo problemas apenas no Iguape, relatando várias situações.

Pela Coordenadora do NBTS foi ressaltado o papel conjunto do MP e a importância da participação popular.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia, ao teor de todos os fatos que envolvem o caso em exame, e mais o debatido na presente Audiência Pública, **recomendam ao Instituto do Meio Ambiente – IMA, que não efetive a RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA PEDRA DO CAVALO, que expira em 05/02/2009 (Portaria do CRA n. 5206/2005), sem o integral cumprimento das seguintes condições: I – Providenciar a obtenção da regular autorização do INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA**

BIODIVERSIDADE - ICMBIO, responsável pela Administração da RESEX do Iguape, observando e fazendo valer todas as condicionantes impostas; **II- Formar** Grupo de Trabalho, integrado por representantes do IMA, ICMBio, IBAMA, INGÁ e CERB, para emissão de **Termo de Referência (TR), contendo cronograma específico**, para elaboração de estudos do meio físico e biótico, visando aprimorar os condicionantes da licença atual, agregando a estes o conhecimento tradicional, para avaliação da renovação ou não da licença de operação da usina hidrelétrica Pedra do Cavalo. Para a adequada elaboração deste Termo de Referência serão considerados estudos anteriores, inclusive aqueles já realizados pelo próprio empreendedor (Grupo Votorantin) e por outros entes públicos e/ou privados. **O TR, após sua elaboração, deverá ser submetido à apreciação da comunidade local e do Conselho Deliberativo da RESEX, para complementações e aprimoramento dos seus termos. (Recomendação entregue, na Audiência Pública, ao representante do Instituto do Meio Ambiente – IMA);**

2. O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia registram, de público, que, em sendo o caso, adotarão todas as providências judiciais necessárias e cabíveis para o fiel cumprimento dos termos da RECOMENDAÇÃO em tela;

3. O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia também registram, de público, que, o Instituto do Meio Ambiente – IMA, deverá fornecer respostas e divulgar os dados alusivos às solicitações efetivadas pela comunidade, entidades civis, conselhos e por outros órgãos públicos em relação ao caso em exame.

Encerrando, o Procurador da República conclamou todos a participarem e que se o MP tiver que ir ao manguê assim será feito, pois o povo precisa de soluções. Palavras bonitas sempre existem, mas o compromisso dos ministérios públicos é de que se não se chegar a uma solução, os MPs vão levar ao Poder Judiciário todos os reclamos da comunidade para que os problemas sejam solucionados. A comunidade precisa sentir os benefícios ou então que se pare a usina para que possa verificar os problemas relatados. Independente do que ocorreu no passado, existem impactos e tanto Barragem quanto Usina recebem riqueza do País, porque a comunidade também não receberia parte desta riqueza.

Por fim foi agradecida a presença de todos e determinado o encerramento da audiência.